



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - DESSO



CAROLAINE APARECIDA CASSEMIRO DIAS

**AS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DE LÉLIA GONZALEZ PARA A
COMPREENSÃO DAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS E DO RACISMO NO BRASIL**

MARIANA-MG
2022

CAROLAINÉ APARECIDA CASSEMIRO DIAS

**AS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DE LÉLIA GONZALEZ PARA A
COMPREENSÃO DAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS E DO RACISMO NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Isis Silva Roza

MARIANA-MG

2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

D541c Dias, Carolaine Aparecida Cassemiro.

As contribuições do pensamento de Lélia Gonzalez para a compreensão das organizações negras e do racismo no Brasil. [manuscrito] / Carolaine Aparecida Cassemiro Dias. - 2022. 71 f.

Orientadora: Profa. Dra. ISIS SILVA ROZA.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Gonzalez, Lélia, 1935-1994. 2. Negros - Brasil. 3. Racismo - Brasil. 4. Serviço social. I. ROZA, ISIS SILVA. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 305(=013)(81)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Carolaine Aparecida Casseiro Dias

As contribuições do pensamento de Lélia Gonzalez para a compreensão das organizações negras e do racismo no Brasil

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 17 de junho de 2022

Membros da banca

Dra. Isis Silva Roza - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto
Me. Jussara de Cássia Soares Lopes - Universidade Federal de Ouro Preto
Dra. Viviane de Queiroz - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Isis Silva Roza, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 27/06/2022



Documento assinado eletronicamente por **Isis Silva Roza, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 27/06/2022, às 21:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0352656** e o código CRC **31E47195**.

Dedico este trabalho primeiramente à Deus, sem ele eu não teria capacidade para desenvolver este trabalho e também a todos os que me ajudaram ao longo desta caminhada em especial, à mamãe que sempre sonhou em ter seus filhos estudados, fazendo de mim, a primeira com muito sacrifício.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pelos dons que me deu nesta existência que serviram na realização deste projeto.

Sou grata também à minha mãe Ivânia, a mulher mais forte que eu conheço por sempre me incentivar a acreditar que eu seria capaz de superar os obstáculos que a vida me apresentou. A minha família materna de origem batalhadora, que sempre me ensinou valores que jamais poderão ser apreendidos nas melhores faculdades do mundo. Sou grata aos meus irmãos Darlison, Murilo e Maria Sofia que, de uma certa forma, foram motivadores deste trabalho, pois ao falar do nosso povo negro e remanescente de quilombos é ascender em todos nós, uma valorização e orgulho da nossa negritude, principalmente nos pequenos. É por vocês também este estudo! Ao meu marido Cassiano, pela paciência e apoio pleno no meu processo de “tornar” negra, conhecendo minha ancestralidade.

Agradeço à minha orientadora, doutora Isis Silva Roza por acreditar em mim no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos, tornando este trabalho um verdadeiro “milagre” em meio aos meus anseios e hormônios da gestação.

Agradeço a minha grande amiga Drieli Sampaio, que numa conversa informal fizemos conexões entre Minas Gerais e o Pará, com a mesma particularidade, de falar do nosso povo negro e remanescente de quilombos fazendo de nós tema de estudo a partir da perspectiva de pertencimento.

Por fim e não menos importante, agradeço ao curso de Serviço Social, por ter sido um importante divisor de águas em minha vida, além de, peça-chave para o meu processo de autoconhecimento, possibilitando o encontro com outros pares na academia; e é claro, a todos os professores que contribuíram na minha formação.

Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa. (Lélia Gonzalez, 2018, p.193).

RESUMO

Este estudo trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso que busca analisar como o pensamento de Lélia Gonzalez contribuiu com o debate sobre as organizações negras e o racismo no Brasil. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir de um levantamento qualitativo de livros, teses, artigos, ensaios e publicações de Lélia Gonzalez e construções teóricas de terceiros sobre a mesma, como dissertações, entrevistas, documentários, além de outras fontes que orientam a compreensão do tema. Para isso, buscou-se de modo específico, conhecer a trajetória da intelectual e ativista Lélia de Almeida Gonzalez; analisar como a luta e resistência das organizações e movimentos negros aparecem em seu pensamento; identificar como o racismo e seus impactos no Brasil estão presentes na obra da autora. Além disso, o trabalho aborda, ainda que brevemente, de que forma o debate étnico-racial aparece na profissão de Serviço Social, e aponta a possibilidade de articulação das obras de Lélia Gonzalez e a categoria profissional. Assim, constatou-se que a intelectual e militante negra é uma expressão necessária para se compreender as relações raciais na realidade brasileira, tendo em vista todo o processo de construção do seu conhecimento, realizando uma análise importante da formação social do país.

Palavras-chave: Racismo no Brasil. Serviço Social. Organizações Negras. Lélia Gonzalez.

ABSTRACT

This study is a course conclusion work that seeks to analyze how Lélia Gonzalez's thinking contributed to the debate on black organizations and racism in Brazil. A bibliographic research was carried out based on a qualitative survey based on books, theses, articles, essays and publications by Lélia Gonzalez and theoretical constructions by third parties about her, such as dissertations, interviews, documentaries, in addition to other sources that guide the understanding of the theme. In this way, we specifically sought to know the trajectory of the intellectual and activist Lélia de Almeida Gonzalez; analyze how the struggle and resistance of black movement organizations appear in his thinking; identify how racism and its impacts in Brazil are present in the author's work. In addition, the work superficially addresses how the ethnic-racial debate appears in the profession of Social Work and points to the possibility of articulating the works of Lélia Gonzalez and the professional category. Thus, it was found that the black militant is an important expression to understand racial relations in the Brazilian reality, in view of its entire process of building its knowledge, performing an entire analysis of the country's social formation.

Keywords: Racism in Brazil. Social Service. Black organizations. Lelia Gonzalez.

LISTA DE SIGLAS

ABESS - Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social

DOPS - Departamento da Ordem Política Social

FNB - Frente Negra Brasileira

GTP's - Grupos Temáticos de Pesquisa

IPCN - Instituto de Pesquisa das Culturas Negras

MNU - Movimento Negro Unificado

MNUCDR - Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PT - Partido dos Trabalhadores

PUC – Pontifícia Universidade Católica

TEN - Teatro Experimental do Negro

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 MEMORIAL: REFLEXÕES DE UMA MENINA NEGRA, ENCONTRANDO MINHA NEGRITUDE.....	16
3 A MULHER NEGRA, INTELLECTUAL E ATIVISTA LÉLIA GONZALEZ....	30
3.1 CONHECENDO LÉLIA, DE ALMEIDA A GONZALEZ	30
3.2 REFLEXÕES SOBRE AS ORGANIZAÇÕES NEGRAS E OS MOVIMENTOS NEGROS EM LÉLIA GONZALEZ	36
3.2.1 Organizações Negras no Período Colonial.....	36
3.2.2 Contextualização Pós Abolição	38
3.2.3 As Organizações Negras após os anos de 1930.....	40
3.2.4 Movimento Negro Sim Senhor!	43
3.2.5 Lélia Gonzalez e o Movimento Negro.....	47
4 RACISMO E SEUS IMPACTOS NA REALIDADE BRASILEIRA	50
4.1 O RACISMO ENQUANTO PARTE FUNDANTE DA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	50
4.1.1 Lélia Gonzalez e suas reflexões sobre o racismo	53
4.2 LÉLIA GONZALEZ E O SERVIÇO SOCIAL.....	57
4.2.1 Serviço Social Contemporâneo	58
4.2. 2 Relações Raciais e Serviço Social	59
4.2.3 As contribuições do pensamento de Lélia Gonzalez para o Serviço Social	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS	68

1 INTRODUÇÃO

Lélia Gonzalez, de origem mineira, décima sétima filha de 18 irmãos, filha de ferroviário e trabalhadora do lar, ambos analfabetos. Tornou-se professora e intelectual comprometida com a causa do povo negro, militante e defensora das igualdades sociais e estudiosa das ações antirracistas. Dedicou-se a fortalecer os movimentos sociais de vertente racial, negando a opressão de gênero, raça e classe, evidenciando de maneira crítica o papel designado às mulheres negras na organização capitalista.

O pensamento contido nas obras de Lélia é um importante instrumento para refletir sobre as relações raciais brasileiras, deste questionar o “mito da democracia racial” até as visões eurocêntricas e estereotipadas dos negros e negras no Brasil. Em sua análise da formação social brasileira, ela ressalta em seus escritos, de forma contundente, a contribuição da população negra na construção da sociedade brasileira. A multiplicidade das discussões teóricas de Lélia, sendo uma das fundadoras ativas do Movimento Negro Unificado, fez dela uma das figuras centrais na reformulação teórica e prática do movimento social negro contemporâneo.

Assim, o presente trabalho tem por objetivo geral analisar como o pensamento de Lélia Gonzalez contribuiu com o debate sobre as organizações de negros e o racismo no Brasil. Os objetivos específicos são: conhecer a trajetória da intelectual e ativista Lélia de Almeida Gonzalez; analisar como a luta e resistência das organizações e movimentos negros aparecem no pensamento de Lélia Gonzalez; analisar como o racismo e seus impactos no Brasil estão presentes no pensamento de Lélia Gonzalez; refletir sobre as contribuições do pensamento de Lélia Gonzalez para o Serviço Social.

Ao tratar sobre racismo e os movimentos negros no Brasil, Lélia Gonzalez é uma referência necessária. Sua interpretação sobre a formação socio-histórica brasileira, tendo como basilares as questões de raça, gênero e classe, é fundamental para compreendermos como as opressões estão interconectadas, mas também para entendermos as estratégias de (re)existência forjadas pela população negra no decorrer da história brasileira. Suas reflexões ainda nos inspiram para pensarmos estratégias no tempo presente, tendo em vista que as diferentes formas de violência e opressões contra a população negra se reatualizam, mas seguem vivas. Ela resgata as diferentes lutas e estratégias voltadas para a criação de uma positividade em torno da cultura negra brasileira.

O movimento de rememorar o passado negro brasileiro, realizado por intelectuais negros e negras, como Lélia Gonzalez, possibilita outras compreensões, não eurocêntricas, da experiência histórica negra. Nossa história não se resume as experiências de submissão colonial. Para Cunha Paz (2019, p.162), “a ideia de pensar a memória e o passado em relação com ancestralidade permite repensar e reposicionar os estudos de memória social e coletiva, as formas de relação com o passado, tempo e mesmo a escrita da história”.

A dificuldade em lidar com um passado violento e de barbárie, que se constitui como parte da história brasileira, sufoca as lembranças e oculta partes importantes de negros e negras na história, o que é benéfico à dominação colonial, negando aos herdeiros da história o seu processo de construção humana neste espaço territorial. Toda essa experiência e memória necessitavam ser esquecidas, o negro precisava ser mantido no cárcere historiográfico de sua história, restando a ele o padrão branco, as determinações do “eu-universal branco” (FANON, 2008).

A metodologia utilizada na presente pesquisa é resultante de um processo investigativo, e, portanto, se configura como horizonte no desenvolvimento analítico da temática, que visa “proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (Gil, 2002, p.17). Assim, na pesquisa “As contribuições do pensamento de Lélia Gonzalez para a compreensão das organizações negras e do racismo no Brasil”, serão utilizados métodos e técnicas científicos que garantam a validação analítica de todo o processo de conhecimento.

A pesquisa se caracteriza como uma abordagem qualitativa, ou seja, a construção do conhecimento parte da interpretação crítica dos dados coletados, analisando os fenômenos como fonte de informação para a formulação das conclusões. Assim, a metodologia desta pesquisa utiliza um levantamento bibliográfico como livros, teses, artigos, ensaios e publicações de Lélia Gonzalez, assim como, produções teóricas que tratam sobre a autora e sobre as temáticas com as quais dialogamos, quais sejam, racismo no Brasil, organizações e movimentos negros. A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2002, p.45) tem a vantagem de “permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Essa pesquisa surge a partir de aproximações com a pensadora Lélia de Almeida Gonzalez. Assim como diversas mulheres negras, Gonzalez buscou sua negritude em um processo pessoal de “tornar-se” negra. A politização da raça permitiu à autora

denunciar situações silenciadas e veladas pelo racismo no cotidiano, até os estereótipos que perpetuam desde o período colonial.

A pesquisa está dividida em dois capítulos, além da Introdução, temos também Memorial e Considerações Finais. O capítulo intitulado “A mulher negra, intelectual e ativista Lélia Gonzalez”, está dividido em duas partes. O 3.1 “Conhecendo Lélia, de Almeida a Gonzalez”, visou conhecer o processo sensível percorrido pela vida e obra de Lélia Gonzalez antes e depois de se tornar uma intelectual notável no Brasil e no exterior. Em sequência, 1.2 “Reflexões sobre as organizações negras e os movimentos negros em Lélia Gonzalez, refletiremos sobre o debate da luta e resistência dos movimentos e organizações constituídos por diferentes sujeitos negros no desenvolvimento da sociedade brasileira, e as contribuições de Lélia Gonzalez para a compreensão dessa temática.

O capítulo intitulado “Racismo e seus impactos na realidade brasileira”, também está dividido em dois momentos. O primeiro, 4.1 “O racismo enquanto parte fundante da sociedade brasileira”, trata sobre a temática “racismo” a partir do pensamento de Lélia Gonzalez. Analisaremos as contribuições do pensamento da ativista negra para compreensão do racismo e suas manifestações na realidade brasileira. O segundo momento, 4.2 “Lélia Gonzalez e o Serviço Social”, refletirá sobre as contribuições do pensamento de Lélia Gonzalez para o Serviço Social.

A articulação do pensamento de Lélia Gonzalez e o Serviço Social se constitui como uma importante ferramenta frente as desigualdades sociais que não se organizam somente pela dimensão econômica das classes sociais, mas que possuem elementos raciais e de gênero e isso é determinante e imprescindível para a sua compreensão. Assim, a categoria profissional se relaciona diretamente com o debate étnico-racial e sexista que são a base das obras de Gonzalez, e o seu pensamento auxilia na capacitação dos assistentes sociais no combate as expressões do racismo que atinge principalmente os usuários assistidos cotidianamente pelas políticas de proteção.

A luta, ativismo e a produção teórica de Lélia Gonzalez tornaram matéria prima para a construção deste trabalho, tendo em vista os objetivos comuns de romper com as amarras sociais que negam o papel real do povo negro e constituinte do Brasil que fazem da imagem negra algo a ser ocultado e/ou marginalizado.

Enquanto mulher negra e quilombola, eu ressalto esse meu lugar de pertencimento, enquanto remanescente quilombola da Comunidade de Vila Santa Efigênia, localizada no distrito de Furquim, Mariana-MG. Para além das memórias que me atravessam, sou

nutrida pelo afeto, orgulho e respeito em pertencer a esse lugar, sendo esse o alimento necessário que me possibilitou a realização deste trabalho. A oralidade negra, comumente desqualificada pela academia branca, passada ao longo dos anos na minha família, mantém vivo todo um percurso de resistência, desde o período escravista até os dias atuais.

2 MEMORIAL: REFLEXÕES DE UMA MENINA NEGRA, ENCONTRANDO MINHA NEGRITUDE

Eu sou quem escreve a minha própria história, e quem não é descrita. Escrever, portanto, emerge como ato político. O poema ilustra o ato da escrita como um ato de tornar-se e, enquanto escrevo, eu me torno narradora e escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade na minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou (GRADA KILOMBA, 2019, p.28).

A epígrafe que antecede essa escrita se caracteriza pela essência e motivação deste trabalho. Para mim, escrever sobre o povo do qual faço parte significa reivindicar o protagonismo ora usurpado e ocultado enquanto constituinte da formação social deste país, sendo algo para além de uma perspectiva meramente identitária, subjetiva, a-científica, pessoal, emocional ou parcial, mas uma proposta política que almeja uma construção social verdadeiramente democrática.

Essa passagem de objeto a sujeito é a marca da escrita como um ato político. Além disso, escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritora/escritor “validada/o” e “legitimada/o” e, ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada (KILOMBA, 2019, p.28).

No ato de escrever, procurarei exprimir as consequências que o racismo dita cotidianamente nas vivências reais. Realidade essa que, de maneira geral, é experimentada por pela maioria diversas mulheres/meninas negra. As experiências que ora serão elucidadas, representam traumas que transpassam o corpo e violentam a alma.

Assim, apresentarei os meus relatos, partindo de uma autopercepção ao longo do meu processo e percurso de encontrar minha identidade racial. As diversas e diferentes situações revisitadas e ressignificadas serão objetos para justificar a necessidade inquietante em buscar a identidade negra enquanto parte do meu corpo, alma e ancestralidade, mas que durante muito tempo foram silenciadas, veladas e oprimidas pelos mecanismos coloniais de neutralização.

Tomada de consciência de uma comunidade de condição histórica de todos aqueles que foram vítimas da inferiorização e negação da humanidade pelo mundo colonial, a negritude deve ser vista também como afirmação e construção de uma solidariedade entre as vítimas. Consequentemente, tal afirmação não pode permanecer na condição de objeto e de aceitação

passiva. Pelo contrário, deixou de ser presa do ressentimento e desembocou em revolta, transformando a solidariedade e a fraternidade em armas de combate. A negritude torna-se uma convocação permanente de todos os herdeiros dessa condição para que se engajem no combate para reabilitar os valores de suas civilizações destruídas e de suas culturas negadas. Vista desse ângulo, para as mulheres e os homens descendentes de africanos no Brasil e em outros países do mundo cujas plenas revalorização e aceitação de sua herança africana faz parte do processo do resgate de sua identidade coletiva, a negritude faz parte de sua luta para reconstruir positivamente sua identidade e, por isso, um tema ainda na atualidade (MUNANGA, 2009, p.20).

Tornar públicas “outras verdades” que se oponham às oficiais, significa trazer à superfície perspectivas importantes, que durante muito tempo, foram fortemente guardadas. Mesmo que seja latente a dificuldade de falar dentro do regime repressivo da colonialidade racista, é necessário retirar a “máscara do silenciamento” (KILOMBA, 2019, p.33).

A máscara, portanto, levanta muitas questões: por que deve a boca do sujeito negro ser amarrada? Por que ela ou ele tem que ficar calada/o? O que poderia o sujeito negro dizer se ela ou ele não tivesse a sua boca tapada? E o que o sujeito branco teria de ouvir? Existe um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, a/o colonizadora/o terá de ouvir. Seria forçada/o a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da/o “Outra/a”. Verdades que têm sido negadas, reprimidas, mantidas e guardadas como segredos. Eu gosto muito deste dito “mantido em silêncio como segredo”. Essa é uma expressão oriunda da diáspora africana e anuncia o momento em que alguém está prestes a revelar o que se presume ser um segredo. Segredos como a escravidão. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo (KILOMBA, 2019, p.41).

O resgate histórico de negação e sofrimento é um processo longo, muitas vezes solitário e doloroso, mas necessário para a compreensão humana de quem somos enquanto sujeitos coletivos. Significa também, construir novas conexões e estratégias para com os nossos, que não se reconhecem em sua ancestralidade negra, alienados pelo reflexo branco que extrai todo tipo de humanidade dos corpos negros.

Logo, a reconfiguração dos lugares, fazendo o eu negra uma sujeita escritora da sua realidade, remete ao espaço de pertencimento da fala que somente um negro e uma negra que vivencia o racismo, tem propriedade e experiência real para contar.

A minha história não se distancia da história de muitas famílias negras deste país. Sou a filha mais velha de quatro irmãos, fruto de uma experiência única de uma mãe-solo negra lavradora e um pai branco de classe alta. Na sociedade em que vivemos, um relacionamento "sério" entre uma mulher negra e um homem branco não condiz com o modelo padrão de aceitação social. No caso dos meus pais, não foi

diferente.

Minha mãe é a mulher mais forte que eu conheço. Enfrentou muita barra sozinha para criar a mim e ao meu irmão mais velho. Ela nos teve ainda na adolescência, à base de preconceito, humilhação e discriminação. Nos alimentava por meio de faxinas, em condições precárias, e outros trabalhos manuais, como de extração de carvão, plantações de milho, feijão e eucalipto, além é claro, das ações de “ajuda” e caridade dos que tinham dó da mãe nova com dois filhos pequenos nos braços. Meu pai, acho que não posso categorizá-lo assim no meu íntimo, nunca se fez presente. Sabe aquela história de ser produto de uma noite? Pois é, essa sou eu. Desde a minha descoberta, até os 9 anos de idade, o meu genitor nunca quis me assumir. Ele, de família tradicional agrícola local, jamais assumiria uma filha com uma “neguinha” da baixada da localidade.

O retrato, por diversas vezes reproduzido nas relações interracialis, exprime na mulher de raça negra mecanismos ideológicos de discriminação, com efeitos de naturalização do que lhe é negado. O processo histórico no qual a negra e mestiça estão inseridas, desumaniza seus corpos, tornando-as indignas de serem amadas, portanto, rejeitadas afetivamente.

O efeito continuado da discriminação praticada pelo branco tem também como consequência a internalização, pelo grupo negro, dos lugares inferiores que lhes são atribuídos. Assim, os negros ocupam aqueles lugares na hierarquia social, desobrigando-se de penetrar os espaços que estão designados para os grupos de cor mais clara, dialeticamente perpetuando o processo de domínio social e privilégio racial (NASCIMENTO, 2021, p.57).

A mulher negra, socialmente falando, não possui o privilégio de escolha ao relacionar-se. O fato é que a herança escravagista que o feminino negro carrega consigo desenvolve um processo de continuidade, atraindo para “ela um tipo de dominação sexual por parte do homem, dominação que se origina nos primórdios da colonização” (NASCIMENTO, 2021, p.60). Ao corpo negro é negado papéis sociais destinados originalmente à mulher branca, recaindo sobre a coadjuvante, a liberação da função sexual masculina branca e funções de trabalho de menor importância social.

Na “ordem das bicadas” neste país, a mulher negra ocupa a última posição. Ela é duplamente discriminada: enquanto mulher e enquanto negra. De acordo com o modelo oficial, cabem-lhe, fundamentalmente, dois papéis: o de empregada doméstica e o de objeto sexual. Sugere-se ao leitor que preste atenção na publicidade de produtos de limpeza na televisão.

Geralmente, o produto é recomendado a patroa branca por uma empregada negra. Nas novelas, nas peças de teatro, as empregadas domésticas são, quase sempre, representadas por atrizes negras (SAFFIOTI, 1987, p.52).

Esse duplo fenômeno de dominação/exploração que atravessa a mulher negra, representa um processo de objetificação fundamental de controle. Os estereótipos fazem dela objeto de forma concreta, possuída como coisa e tomada em sua totalidade. Diante de um racismo sexualizado, a mulher negra sempre foram alvos de satisfação sexual dos homens brancos, algo natural sem qualquer tipo de censura ou cobrança moral.

O que Lélia Gonzalez denominava “neurose cultural brasileira” em seu artigo: *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*, de 1983, é também a realidade que vivenciei na minha casa. Tenho memórias da infância de homens e mulheres mais velhas que conheciam minha mãe desde pequena, que diziam que ela era a “nêga” mais bonita dentre as moças de sua idade, cheia de curvas e pele vigorosa da cor de um jambo. Com as mãos cheias de calos durante o dia, mas depois de um banho parecia essas pretas das novelas “bem tratadas”, isso é claro, a base de pente quente e bastante creme hidratante barato nos cotovelos que ela (minha mãe), conseguia comprar a base de muito suor.

A apreciação à luta diária travada por diversas mulheres negras neste país, nunca foi levada a sério. Suas cicatrizes e sofrimentos sempre são deixados de lado e colocados sob o lótus sensual de seu corpo, que se toma forma quando ela transcende da dinâmica precária do trabalho para a objetificação física da sua sexualidade. De dia é colocado a ela as mais diversas condições à margem da sociedade, mas quando sua sensualidade africana vem à tona, passa a ser vista através de outra ótica.

Em conversa com a minha mãe, depois de muitos anos (creio que em minha vida adulta) perguntei a ela como foi o processo da minha descoberta e a reação de todos. Com os olhos entristecidos e diante de muita insistência minha, ela acabou contando. Em seu relato tímido, disse-me que foi o momento mais complicado de sua vida. O famoso “positivo” apareceu de forma tardia aos quatro meses de gestação. A certeza do pai era tão verdadeira quanto o medo que a assolava. Inocente, buscou diversas vezes revelar ao meu pai a seriedade da situação, sem muito êxito. Os familiares dele, sabendo da inquietude de minha mãe, sempre davam um jeito de omitir o seu paradeiro. Em um momento do acaso, qualificado por minha mãe como “agir de Deus”, o encontrou pelas ruas, contando-lhe de imediato sobre a gravidez. Em sua

cabeça, mamãe acreditava no cumprimento moral diante da situação. Não esperava um casamento ou algo assim, mas ansiava que meu pai assumisse a sua responsabilidade paterna comigo. Porém, o desfecho foi diferente do que minha mãe pensava, meu pai não quis me reconhecer. A argumentação falha e machista, colocou minha mãe no lugar social destinado a grande maioria das mulheres negras deste país. A gratuidade violenta das palavras verbalizadas por ele, rebaixaram a índole e caráter de mamãe, dizendo que ela era “uma mulher fácil”, sendo o bastante para deslegitimar a sua paternidade. Naquele momento, minha mãe em seu íntimo me escolheu. Ela escolheu traçar a luta por mim sozinha. Meu pai, poucos dias depois, migrou para o estado de Goiás, onde estudou e alcançou a classe “A” da sociedade, tornando-se médico cardiologista e funcionário público do Estado. O dia em que vi meu pai pela primeira vez foi aos 9 anos de idade. Depois de tanta insistência minha com mamãe, utilizando a famosa frase “quem é meu pai?”, ela cedeu e acionou a justiça para o reconhecimento legal da paternidade. O encontro aconteceu no exame de DNA, com um sorriso no rosto, me chamou de “minha neguinha”. Sem entender muita coisa, recuei de forma sistemática diante do estranho à minha frente. O resultado? POSITIVO. Minha mãe não era mau caráter, ela provou a sua verdade, a minha verdade de forma incontestável. A partir dali meu pai tentou criar um vínculo, sem muito êxito. Os laços afetivos são construídos no dia a dia, independente da consanguinidade. Quando oportuno, não o fizera. Ali já era tarde. Meu pai sempre foi minha mãe.

Segundo Saffioti (1987), a desconfiança sempre está introduzida nas relações socialmente desiguais. O poder do certo e do errado é atribuído somente ao branco, e nesse sentido, a confiabilidade é produto dos igualmente semelhantes entre gênero e raça.

Assim, sou caracterizada como “mestiça”. Fruto da mistura entre uma negra e um branco. Sabemos que no processo de desenvolvimento do Brasil, a troca genética entre brancos, negros e índios foi durante muito tempo estimulada para “branquear” a realidade brasileira, para alinhar-se aos padrões hegemônicos de humanidade aceitável. Não o bastante possuir essa atribuição pesada, me introduzem em mais uma subcategoria, de mais ou menos retinta. Neste sentido, meus traços corpóreos, como nariz grande, cabelo encaracolado, quadril largo, se entrelaçam a cor da minha pele que é “menos preta” que a maioria da raça.

Segundo Munanga (1999), a mestiçagem¹ brasileira está relacionada diretamente com a dura realidade da ideologia de branqueamento da nossa população, que recorreu a métodos eugenistas de alterar o tom da pele tida como inferior. Mesmo diante do fracasso ideológico, algumas ideias ainda resistem, colocando o fato de ser “mestiço” um passo fora da negritude e mais próximo da identidade branca, tida como superior.

Mesmo sendo aparentemente parecida com minha mãe desde criança, a minha metade branca sempre se sobressaía à minha ancestralidade negra. Parecia que a possibilidade de passar por “morena clara” era algo a ser vangloriado e trabalhado em mim para sofrer menos no mundo. Quando mamãe trançava meus cabelos, não era bem-visto, pois me aproximava da minha genética africana, mas quando um padrinho ou madrinha me presenteava com uma escova ou prancha, parecia “praticamente branca”. Me lembro da formatura do primário, de minha mãe ter feito uma faxina de dois dias devido ao tamanho da casa da patroa, e com a remuneração, ter feito o meu primeiro relaxamento para “domar” as madeixas, e não destoar das demais meninas nas fotos de formatura, recomendação essa, da diretora da escola.

Quando se nasce negro, é imposto desde cedo o lugar renegado ao qual lhe é destinado. A possibilidade, mesmo que mínima, de ser “menos negro”, coloca uma esperança de realocação de lugares socialmente impostos, possibilitando uma ascensão social, onde “o indivíduo é cirurgicamente retirado e violentamente separado de qualquer identidade que ela/ele possa realmente ter” (KILOMBA, 2019, p.39).

Dependendo do grau de miscigenação, o mestiço brasileiro pode atravessar a linha ou a fronteira de cor e se reclassificar ou ser reclassificado na categoria “branca”. Jamais poderá ser rebaixado ou classificado como negro, salvo raras exceções, devido notadamente à escolha individual por posicionamento ideológico. Seria o caso dos poucos e raros mestiços politicamente mobilizados e que se consideram negros para forjar a solidariedade e a identidade política de todos os oprimidos (MUNANGA, 2009, p.111).

Quando o assunto é discriminação, a identidade do mestiço se entrelaça a outra realidade. Em termos de coletividade, sua identidade está ligada ao grupo dos negros, e mesmo que o seu fenótipo transite entre as identidades branca e

¹ Utilizarei a definição de mestiçagem a partir de Munanga (1999, p.17): “um fenômeno universal ao qual as populações ou conjuntos de populações só escapam por períodos limitados. É concebida como uma troca ou um fluxo de genes de intensidade e duração variáveis entre as populações mais ou menos contrastadas biologicamente.”

afrodescendente, é justamente as suas marcas ancestrais negras que o torna vítima das mesmas discriminações e preconceitos que um negro retinto sofre em proporções maiores.

Em outras palavras, a discriminação contra os pardos é menor do que contra os pretos, mas a renda dos pardos se aproxima da dos pretos e não da dos brancos. Sendo assim, a principal segmentação racial se dá entre os brancos e não-brancos, mesmo que, geralmente, os pretos sofram mais discriminação que os pardos (TELLES, 2003, p.231).

Essa dupla faceta que a mestiçagem possui na realidade brasileira, em termos gerais, não significa coisa alguma, pois o fato é que mesmo com a possibilidade de ser “menos negro”, o mestiço ainda compõe o grupo dos não-brancos em uma sociedade regida e normatizada pela identidade branca. Pensa-se que o racismo só aparece quando se toma “mais idade” nas pequenas e esporádicas situações quase despercebidas e/ou sutis. Mas quando estamos inseridos no grupo que sofre diariamente a violência racial, ela aparece desde cedo.

O fato de eu ter sido criada pela minha família materna, colocou a mim situações que mesmo criança e adolescente me inquietavam e me faziam questionar o porquê de as coisas serem do jeito que eram e nada poderia ser feito para alterar. Nos encontros familiares, as poucas tias que possuíam um companheiro, sempre sofriam algum tipo de violência, grande parte delas, física. Quando alguma tomava coragem de chamar a polícia, eram culpabilizadas pelo sistema. A escolaridade da família também me incomodava. Mamãe sempre pegava muito no meu pé para tirar notas boas na escola, dizia que “o que ela não teve, educação escolar, ela faria de tudo para me dar”. Minha única obrigação era estudar. Estudar para tomar um caminho diferente daquela realidade que todas as gerações anteriores tomaram.

Sabemos que, uma das maneiras de ser “tolerado” nesta sociedade é por meio da educação. Se constitui nela, o vetor de mudança para descentralizar os papéis sociais e abrir caminhos ora inimagináveis para um negro. Mas, não obstante, neste caminho, nos esbarramos com o conceito da “meritocracia”, um dos métodos eugenistas encarregado de tornar uma luta contra o sistema em esforço individual, ou seja, se um negro se sobressai dos demais, isso significa que as oportunidades são iguais e cabe aos sujeitos alcançarem o seu objetivo.

No racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão “fora do lugar” e, por essa razão, corpos que não podem pertencer. Corpos brancos, ao contrário, são construídos como próprios,

são corpos que estão “no lugar”, “em casa”, corpos que sempre pertencem (KILOMBA, 2019, p.56).

Ora, negros e brancos não se desenvolveram em pé de igualdade. Percebemos isso no mundo do trabalho, enquanto brancos lutavam por direitos trabalhistas, os não-brancos lutavam pelo direito de estarem inseridos no mercado de trabalho. Em condições ideais e iguais diante da oportunidade, as pessoas brancas saem na frente para ocupar os melhores cargos no mercado de trabalho, por exemplo.

O ensino fundamental e médio foi pesado. Assim como a maioria de nós, não consegui passar por essa fase exclusivamente voltada aos estudos. O dinheiro era pouco e as necessidades muitas. Minha mãe se recusava a me deixar exercer qualquer tipo de trabalho que me tirasse da escola, dizia que preferia “morrer de tanto trabalhar” para evitar tal fatalidade. Então, me dividia entre a escola, o trabalho de babá em meio expediente, e as unhas aos finais de semana. Neste período que compreendi a insistência de mamãe em não me deixar parar de estudar, ela sabia que se eu desse esse passo naquele momento, dificilmente retornaria aos estudos.

As manifestações do racismo se tornaram mais nítidas e compreendidas a partir da tomada efetiva de consciência das questões étnico-raciais pelo ingresso na universidade, onde o contato com outros iguais, que também questionavam o sistema, debatiam a temática sem jogo de máscaras.

Com o avanço do meu trabalho de manicure e a aproximação da conclusão do ensino médio, me aventurei a trabalhar na cidade, onde conheci um novo mundo e acima de tudo, conheci pessoas que entendiam e dialogavam sobre minhas inquietações. Nos diálogos com as clientes (professoras e estudantes universitárias, mulheres com mestrado e doutorado, pessoas instruídas e conscientes da estrutura social brasileira), vislumbrei a universidade como um meio para estudar mais sobre a minha ancestralidade. O curso de Serviço Social foi o escolhido diante da proximidade com várias assistentes sociais. Almejei ali sanar, mesmo que parcialmente, as minhas inquietações. Ao ingressar na academia, o racismo se fez presente novamente. Lembro-me que quando fui fazer a matrícula na central da UFOP na cidade de Ouro-Preto/MG, me perguntaram sobre a minha declaração racial, prontamente eu disse, negra. A atendente sem muito se alongar, me disse que eu estava na fila errada, que a fila de cotas era na sala ao lado. Quando tentei dizer que eu estava no lugar certo, pois fui aprovada pela ampla concorrência, ela me disse que eu deveria prová-la, pois dificilmente negros eram aprovados em ampla concorrência.

A comprovação aceitável? A página do SISU que tornava legal a minha fala. Sendo eu, uma menina vinda de um distrito de Mariana/MG, que quase se perdeu para chegar naquele local, tive que voltar à minha cidade para imprimir o mais rápido possível a bendita comprovação, sendo aquele dia o último para a realização da matrícula. Depois de muito corre corre, consegui retornar à central. No momento em que eu cheguei, a atendente inicial já não estava mais lá, sendo substituída por um rapaz que me atendeu muito gentilmente. Ao apresentar minha documentação, lhe entreguei a impressão do SISU, e ele, sem entender, me perguntou o motivo da folha. Lhe contei o ocorrido anteriormente. Em sua resposta cheia de indignação, me disse que não havia necessidade.

Sabemos que a universidade, por mais progressista que ela se apresente, essencialmente ela é um espaço onde o racismo estrutural se exprime em todas as nuances da sua organização. Contrariando o romantismo de imparcialidade, neutralidade e objetividade, ela se constitui a partir de padrões brancos de formação. Entretanto, há resistências, outras possibilidades, sendo a universidade também um espaço que representa uma possibilidade de construção social de um conhecimento emancipatório alternativo.

Com o desenvolvimento e amadurecimento acadêmico, senti nesses espaços uma necessidade de buscar a minha negritude e enaltecer uma autoimagem negra, que pulsava nas veias, mas que não fazia sentido algum. Foi na academia que me enxerguei como negra e fiz dessa luta também minha, questionando o sistema e reconhecendo os meus iguais. Pontos inimagináveis de exploração me foram apresentados, principalmente, através dos grupos de estudos que debatiam relações raciais, me levando a me movimentar mais.

O processo do autoconhecimento identitário, em consonância com o ensino superior, me fez buscar os intelectuais negros, para além dos intelectuais brancos que a academia disponibiliza para sistematizar e analisar a realidade de sujeitos aos quais não possuem qualquer tipo de aproximação, seja cultural, social ou econômico. O comprometimento em resgatar uma história de pertencimento e ancestralidade, constitui como possibilidade recriar potencialidades de uma verdadeira formação social brasileira silenciada durante muitos anos.

Muitos foram as(os) intelectuais negras e negros que me perpassaram, Abdias Nascimento, Magali Almeida, bell hooks, Sueli Carneiro, Frantz Fanon, Djamila Ribeiro, entre outras(os). Mas, a que mais me tocou foi Lélia Gonzalez. Uma mulher

negra de grande importância para a compreensão da raça enquanto inerente à construção social brasileira.

Lélia Gonzalez é um divisor de águas na minha trajetória de me encontrar enquanto mulher negra. Seu diferencial se caracteriza por não vir pronta, mas de realizar o processo inverso de construção identitária, ou em suas palavras, “tornou-se negra”. Uma pesquisadora que se propôs a falar do negro, a estudar o negro e dar a ele a centralidade ora silenciada e pouco explorada quando se analisa a realidade brasileira, rompendo com a neutralidade absoluta.

Ao passo em que eu pesquisava sobre Lélia Gonzalez, uma nova dinâmica se apresentou, a relação da minha família com a matriz africana. Me descobri remanescente quilombola com uma memória viva em casa, meu avô. Esse é o barato da Lélia, ela nos movimenta a realizar conexões antes inexploradas.

Para Gonzalez (2018), o que a história oculta, a memória desvela. Esse fio condutor afetivo atravessa as gerações da diáspora africana, se ressignificando e resistindo aos métodos coloniais de contar a história.

Em uma conversa informal sobre as descobertas propiciadas pela universidade e pelos escritos de Lélia Gonzalez com meu avô materno, acabei na verdade sendo receptora de informações familiares nunca antes faladas, mas de uma preciosidade incrível. Meu vovô, Alentino Cassemiro da Cruz, carrega consigo uma história contada somente pelos nossos, mas que também com eles, se perderam à medida que Omolu veio buscá-los pouco a pouco. Aos 74 anos de idade, vovô relembra com saudade e emoção as histórias contadas por sua avó materna, sobrevivente escravavizada de uma fazenda de café dos arredores da cidade de João Monlevade.

Neste momento, a relação direta com o quilombo se mostra em outra perspectiva, diferente da hegemônica difundida nos escritos eurocêntricos que oculta uma parte importante e neutralizada da formação do Brasil enquanto povo multirracial. A oralidade permite manter vivas ações de resistência que nenhum livro didático foi capaz de silenciar.

Segundo meu avô, a sua avó, dona Francisca Januária, morreu aos 104 anos de idade, sendo ele o neto mais velho e mais apegado à idosa. Quando garoto, recorda-se de se debruçar no colo da avó e ela lhe contar histórias do período em que era escrava. Ela, dona Francisca, era filha de também escrava, nascida na senzala de uma fazenda cafeeira próxima a atual cidade de João Monlevade. Assim como qualquer outra escrava, começou cedo a trabalhar na horta da casa-grande, com cinco anos de idade,

pois segundo o “senhorinho” Bartolomeu (dono da fazenda), se não prestava para a lavoura, deveria fazer qualquer outra coisa para pagar os custos de sua estadia.

Na categorização humana, os indivíduos negros africanos, se assemelham a meros objetos, representando seres desprovidos de humanidade, logo, passíveis a força bruta e outros mecanismos de controle.

Vovô relembra com tristeza as marcas de ferro quente no corpo de sua avó, que ela sofreu a primeira aos 9 anos de idade por ser pega comendo um pedaço de bolo na cozinha, após dias sem se alimentar nem mesmo com líquidos. Em suas palavras, meu avô relata que eram inúmeras marcas, desde fissuras cicatrizadas até deformações.

Segundo Nascimento (2016), a realidade do período escravista brasileiro se deu a chibatadas e correntes. A violência e barbárie é sufocada para ocultar partes importantes do colonialismo, que aterrorizam pelas lembranças apenas uma parcela da população.

A vida na senzala² realmente não era fácil e muito mais perturbadora do que se escuta falar. Para meu avô, a forma desumana que a sua avó fora submetida é impossível de descrever. Apesar de muito aberto ao diálogo, vovô se mostrava desconfortável quando eu perguntava sobre algum relato de dona Francisca com relação à violência sexual. Julgo que pela idade de vovô, que advém de um período social conservador, não quis falar de um assunto que na sua cabeça era um tabu, dialogar sobre, mas agora escrevendo, penso que talvez soubesse de algo, mas preferiu ocultar para preservar a memória de sua avó. Segundo ele, dona Francisca conheceu seu avô, O' Zimbro, na mesma senzala em que cresceu. Em suas palavras, foi “amor de almas”, que passou por muitas coisas para ficarem juntos.

A vontade de estarem juntos em liberdade, deu aos avós do meu avô mais firmeza nos que eles acreditavam e almejam. Meu avô relata que sua avó lhe contou que foi em uma noite chuvosa de lua minguante o dia da fuga, organizada por cerca de 23 pessoas, dentre elas estavam O' Zimbro e dois de seus irmãos mais velhos. Segundo a idosa, nem todos os seus familiares optaram pela fuga, três irmãos mais novos decidiram ficar depois de serem cruelmente castigados por tentarem realizar a proeza. Dona Francisca nunca mais os viu novamente. Do contingente de pessoas, apenas 8 conseguiram a liberdade. Em busca de um lugar que pudesse ser seguro, de água fácil, com solo passível de agricultura. Nos arredores de cá, o primeiro local a se instalarem

² Nos estudos de Moura, em “Os quilombos e a rebelião negra”, de 1986, há a retratação do período escravista muito conexo com os relatos do meu avô.

foi próximo ao distrito marianense de Cachoeira do Brumado, que não se tornou efetivo devido às instabilidades para o plantio. Em seguida, a região escolhida foi do atual distrito de Furquim, também na cidade mineira, que possuía ótimas condições férreas para se plantar alimentos essenciais para aquele grupo, como mandioca, feijão, milho e inhame. Assim sendo, ali se formou o quilombo das Embaúbas, que coincidentemente, possuía outros quilombos próximos, como do Engenho Queimado, Braúnas, Crasto e Vilas.

Diferentemente dos conceitos difusos dos fugitivos das lavouras escravagistas, acredito na nova interpretação dos fatos. Esses sujeitos não objetivavam ficar à margem da sociedade, mas constituía no ato de fugir da opressão colonial, uma das formas de resistência do povo negro ao sistema, assim como o suicídio, e o aborto realizado pelas escravas, fruto dos estupros dos senhores, a revoltas nas senzalas, o não cumprimento das atividades de trabalho, entre outras ações.

Nos quilombos originários, também caracterizados como “alternativa de sociedade”, a igualdade e liberdade era a base democrática que sustentava a organização. Para Nascimento (2021, p.124), “o quilombo pode ser uma atitude dos negros para se conservarem no sentido histórico e de sobrevivência grupal, e que ele se apresenta como assentamento social e organização que criam uma nova ordem interna e estrutural”.

Mesmo que o contingente de pessoas que constituíam o quilombo das Embaúbas não fosse numeroso como generalizado pela documentação oficial, a organização das funções obrigatórias, eram mantidas e respeitadas.

Segundo vovô, dona Francisca contava que todos tinham tarefas, e que essas tarefas eram levadas a sério. Tinha os homens que caçavam em meio a mata fechada, os que plantavam mandioca, milho e batata, e as mulheres que cuidavam dos quilombos, mas que se houvesse necessidade, sabiam utilizar lanças e garruchas para defender a todos. Como o quilombo se encontrava próximo de outros quilombos já instaurados há mais tempo, a mistura foi inevitável! Em pouco tempo, o quilombo das Embaúbas tomou proporções maiores que a original.

A solidariedade e fraternidade são valores indissociáveis dos quilombos e que até os dias atuais persistem nas comunidades remanescentes de quilombo.

Em meio aos relatos, dona Francisca contava ao meu avô, enquanto acariciava os seus cabelos crespos, como era a vida no quilombo. Segundo ela, plantavam de tudo e o que não plantavam, trocavam com outros quilombos próximos. Segundo meu avô,

quando colhiam milho, seus avós realizavam uma longa caminhada até a Vila para debulhar no moinho que só tinha naquela localidade, era um ato grupal em que todos, incluindo as crianças, participavam. Criavam porcos e galinha. Plantavam horta para os preparos alimentares e medicinais do quilombo, ervas as quais, meu avô ainda cultivava rememorando sua avó.

Os elementos que circundam a relação quilombola com a terra e território, configuram uma importância social, política, econômica e espiritual em torno desse universo. Tudo que a terra provia era aceito com muito respeito, pois ela ofertava o necessário à sobrevivência e reprodução humana. O alimento para o corpo e espiritualidade, a cura e prevenção de doenças, a segurança e felicidade.

Perguntei ao meu avô sobre a espiritualidade de sua avó. Segundo ele, ela era do Candomblé, religião que ela conheceu e tomou para si no período em que era escravizada. Meu avô relata que sempre a viu de branco. Presenciou na infância, as festas que eram os terreiros organizados por ela. A força e representatividade espiritual que dona Francisca demonstrava ao rodar suas saias, influenciou em sua vida adulta, não por acaso, conheceu e se apaixonou por uma candomblecista que era tão destemida quanto sua avó. Com relação a fala, vovô relata que quando dona Francisca ficava nervosa, “danava a falar embolado, mas um embolado que outros antigos entendiam e ele não”.

O protagonismo feminino das mulheres quilombolas é algo a ser louvado. Todas as tarefas, incluindo as masculinas, passavam por elas. O ritualístico de se preparar a alimentação para todos com muito respeito e afeto é uma das marcas dessas mulheres, a espiritualidade do terreiro chefiada por elas, o manuseio das ervas e plantas para a cura e prevenção de doenças feito somente por mulheres demarcam a importância do papel fundamental delas no quilombo.

Nesta mesma conversa com meu avô, descobri uma das minhas marcas ancestrais, o Candomblé. Assim como a avó do meu avô, minha avó, dona Irene, sua falecida esposa, eu experimentei no meu nascimento o contato com a religião dos meus antepassados. Segundo meu avô, foram três dias de festa. Minha avó, mãe-de-santo do terreiro, me apresentou, sendo eu filha de Oxum. Poucos dias depois, minha avó, dona Irene, faleceu de meningite, morrendo com ela o terreiro da família. Minha mãe nunca se interessou pelo Candomblé, ao contrário, o condenava. Hoje analisando, percebo que o catolicismo fervoroso de mamãe se encarregou de tornar a religião originária dos nossos como negativo, ou como ela mesma diz “coisa do diabo”.

Sabemos que a igreja desempenhou um papel muito forte e significativo no processo de tornar o racismo como estrutural da sociedade. No período colonial, encarregou-se de difundir a “aceitação, justificação e elogio da instituição escravocrata, com toda a sua inerente brutalidade e desumanização dos africanos” (NASCIMENTO, 2016, p.63).

Segundo a oratória de Vieira, as águas do batismo cristão possuíam as diversas virtudes justificativas do escravizamento do africano e, mais ainda, tinham poder mágico de erradicar sua própria raça – um desraçado limpo e branco! O racismo óbvio implícito e explícito no conceito dessas águas místicas que tornariam o africano num branco-europeu, estado considerado pela igreja como limpo e patentemente superior ao negro-africano, imediatamente destrói certas alegações de que o cristianismo e, especificamente, o catolicismo, eram inocentes neste assunto de racismo. (NASCIMENTO, 2016, p.64)

Mesmo que a igreja tente exonerar-se da sua participação na perpetuação do racismo, ela foi também responsável por tornar negativo tudo que era proeminente dos negros. Se no passado escravista, estimulava a aceitação da condição escrava, hoje ela ainda demonstra o seu caráter civilizatório ao proibir a participação no ato do batizado de pessoas que vivem em concubinação – realidade essa majoritariamente vivenciada pela população negra.

O racismo mais uma vez se fez presente na minha vivência. A relação espiritual com o Candomblé da minha família foi criminalizada pela minha matriarca, mamãe.

Não a julgo, hoje tenho um mínimo de conhecimento que nela se exprimiu um mecanismo de silenciamento histórico eugenista, alienado pelo catolicismo radical que cumpriu o seu papel de tornar negativo tudo que é do negro africano na nossa sociedade.

Assim, olhar para minha história levou-me a ressignificar minhas lembranças, que se assemelham às experiências diversas, cotidianamente sentidas pela cor da pele dos não-brancos. No objetivo de escrever sobre o povo negro do qual faço parte, encontrei Lélia Gonzalez, que não diferente de mim e de outras mulheres negras, avançaram rememorando o passado, buscando o autoconhecimento a partir de uma perspectiva proibida de revisitação. Encontrei em Lélia, uma forma de fortalecer a memória e ancestralidade, enaltecendo o sujeito negro, que luta, resiste e sobrevive aos resquícios patriarcais e racistas da sociedade brasileira.

3 A MULHER NEGRA, INTELECTUAL E ATIVISTA LÉLIA GONZALEZ

Nesta etapa da pesquisa, a proposta visa conhecer a trajetória da intelectual Lélia Gonzalez, desde a infância de família grande e humilde, e sua passagem de estudante a professora, se estendendo ao seu início de ativismo político, negro e feminista e sua atividade docente, política e intelectual e como a autora compreende as organizações negras no Brasil, principalmente a partir da década de 1970, bem como sua percepção acerca das especificidades do racismo brasileiro e seus impactos na população negra.

3.1 CONHECENDO LÉLIA, DE ALMEIDA A GONZALEZ

Nascia em solos mineiros, no dia 01 de fevereiro de 1935, mais precisamente na cidade de Belo Horizonte (MG), a menina Lélia em uma sexta-feira, filha do casal Acácio Joaquim de Almeida, ferroviário negro, e dona Urcinda Seraphina de Almeida, trabalhadora do lar de raízes indígenas. Segundo Barreto (2005), a penúltima de 18 filhos, não teve muito contato com seu pai, que faleceu ainda em sua primeira infância. Criada em família pobre, Lélia sempre viu seus irmãos trabalharem para trazerem o sustento da casa, e tendo ficado viúva, também sua mãe.

A mudança nesta família veio pelos pés de seu irmão mais velho, Jaime de Almeida³, que após um convite, se transferiu do Clube Atlético Mineiro - da cidade de Belo Horizonte (MG) - para jogar no Clube Regatas Flamengo no Rio de Janeiro. Esse salto territorial não significou uma alteração econômica radical, somente uma pequena ascensão social. Mas para Lélia, foi a porta de entrada para outras possibilidades educacionais.

Lélia sempre destacou o papel fundamental que Jaime de Almeida desempenhou em sua vida, tanto pelo fato de sempre a estimular a estudar, quanto pela figura simbólica paternalista desempenhada pelo jogador. Tendo construído uma sólida carreira, foi destaque no livro **O negro no futebol brasileiro**⁴, do cronista esportivo Mario Rodrigues Filho (2003), onde é descrita a atuação de Jaime e o processo de inserção da figura negra no futebol.

³ Meio-campista que fez história no Clube de Regatas do Flamengo na década de 1940, e que viria a ser também técnico do próprio Flamengo e no Peru, onde faleceu no ano de 1973.

⁴ Ver: FILHO, Mário. **O negro no futebol brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

O fato de Lélia ter nascido em uma família extensa, em que seus irmãos mais velhos já colaboravam com o sustento da família, foi o que permitiu, segundo Barreto (2005, p. 19) “conseguir estudar mais do que seus irmãos, que em sua maioria só terminaram a escola primária”.

Quando criança eu fui babá de filhinho de madame, você sabe que criança negra começa a trabalhar muito cedo. Teve um diretor do Flamengo que queria que eu fosse pra casa dele ser uma empregadinha, daquelas que viram cria da casa. Eu reagi contra isso e então o pessoal terminou me trazendo de volta pra casa (GONZALEZ, 1986, p.10 apud RATTES; RIOS, 2010, p.30-31).

É inegável que a qualidade de ensino do ginásio e científico ao qual Lélia teve acesso, foram de excelência. Passou pela Escola Técnica Rivadavia Corrêa em 1946, e pelo Colégio D. Pedro II, onde ela teve contato com outras línguas como latim e francês, por exemplo, em 1952. Para Lélia, foi no ginásio que começou o processo que ela chamou de “ideologia de branqueamento”, onde a alienação dos padrões brancos bateu forte, negando seus traços, seu corpo, seu cabelo, enfim, toda sua essência.

À medida que avançava nos estudos, ela rejeitava a sua condição de negra. O ápice do processo de embranquecimento se deu na Universidade. Graduou-se em História e Geografia em 1958 e em Filosofia em 1962, na antiga Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (BARRETO, 2005, p.20).

Quando a população negra rompe com os grilhões de 1888, rapidamente é estipulada a noção de paraíso racial, para que o avanço das pautas raciais que já estavam em diálogo para a população negra fosse neutralizado. Os defensores do sistema colonialista difundiram mecanismos de dominação, desvalorizando tudo que remetesse ao negro sua língua, seus costumes, sua cultura e etc., baseados na premissa de que era necessário embranquecer o país.

Segundo Almeida (2018), a ideologia do branqueamento é tão complexa e performática que aliena os sujeitos a tomarem para si comportamentos e conceitos brancos que negam involuntariamente, sua essência africana, a fim de se tornarem inclusos na sociedade. Assim, em um contexto de convivência social regido por normas e padrões brancos, é comum a reprodução de negros em suas práticas cotidianas de uma identidade que não condiz com a sua.

Para Ratts e Rios (2010), conforme a intelectualidade de Lélia ia se desenvolvendo, ela se inseria em um grupo seletivo de negros escolarizados, algo

incomum a época. Sua carreira agora, enquanto professora na esfera pública e privada, tradutora e crescente aproximação com a pesquisa, possibilitou a ela um acúmulo antes da sua inserção no movimento negro. Na graduação também, Lélia conheceu e se casou com Luiz Carlos Gonzalez, declaradamente por ela, o grande amor de sua vida.

Pode-se dizer que Lélia experimentou uma relativa ascensão social, que ainda não se refletia em ação política. Mas ela conheceria, aos poucos, um processo mais radical de transformação pessoal. A inclusão do sobrenome Gonzalez, que substituiria definitivamente o Almeida, fez parte dessa transformação de Lélia e de sua figura pública (RATTS; RIOS, 2010, p. 53).

Luiz Carlos Gonzalez - homem branco e espanhol - foi um grande incentivador do processo identitário da esposa em termos raciais. Porém, o fim do curto relacionamento ocorreu de forma trágica, Luiz se suicidou, “segundo Lélia, resultou das “relações familiares dele [...] muito complicadas”, o que exigiu rever sua postura frente à ideologia do branqueamento” (VIANNA, 2006, p.52).

Após o suicídio de Luiz Carlos Gonzalez, outro baque acarreta Lélia Gonzalez, a morte de sua mãe. Neste momento, a intelectual caminha na reconstrução da sua negritude, e homenageia o marido preservando o seu sobrenome. Se inseriu em circuitos sociais e políticos no qual a hierarquização das raças era gênese para o entendimento da sua auto imagem negra e compreensão da realidade.

No final dos anos de 1960, Lélia se casou com Vicente Marota, que durou cinco anos.

Mais uma vez, nossa ativista se depara com o racismo em outro relacionamento estável:

Depois desta experiência traumática que tive com a família do Luís Carlos e com o seu suicídio, houve o meu segundo casamento. Eu me casei com um mulato – pai branco e mãe negra -, como se diz na Bahia uma “tinta fraca”. Ele tinha uma ideologia de classe, não gostava de preto... Nós ficamos juntos durante cinco anos, era engraçado porque, enquanto eu estava em busca de mim mesma, ele procurava fugir de si próprio; apesar da gente se gostar muito, a nossa relação não estava combinando. A gente se separou e a minha cabeça dançou, afinal, eu fui casada com um cara branco, de origem espanhola, que dava todo apoio a questão racial e quando eu caso com um cara de origem negra, ele não tem essa solidariedade; eu procurava disfarçar esse lado. Eu fui parar no psicanalista (GONZALEZ, 1986, p.10 apud RATTS; RIOS, 2010, p.60).

Após o rompimento com o seu segundo casamento, Gonzalez, se aproximou da psicanálise e da cultura negra em aspectos culturais fundantes, que segundo ela, eram tidos como primitivos. Diante da psique dos fenômenos, ela extraiu a centralidade da

figura do Édipo grego eurocêntrico de análise e encaixou no lugar a população negra afro-brasileira. Segundo Viana (2006), a abordagem revolucionária através da articulação entre a psicanálise e as relações étnico-raciais, rendeu a Lélia Gonzalez a indicação a diversas premiações internacionais, pela sua exposição do significado da “africanização”, visando romper com “a marginalização da população negra e o mito da democracia racial” (2006, p.20).

Em plena efervescência da ditadura militar⁵, Lélia Gonzalez agia. Reuniões escondidas para debater questões importantes era um fato constante na casa da ativista. As forças armadas do período investigavam a intelectualidade brasileira, e a ativista negra foi notada. Segundo Vianna (2006), devido a sua árdua atuação intelectual, Lélia começou a atrair atenções de órgãos de segurança na década de 1972, principalmente do Departamento da Ordem Política Social⁶ - DOPS - Órgão que exercia o controle e manutenção dos interesses do Estado de forma opressiva aos movimentos sociais.

Segundo Ratts e Rios (2010), Lélia aparece nos registros dos DOPS conjuntamente com Abdias Nascimento. A investigação circundou na possibilidade de a professora estar na disseminação e busca de adeptos às “teorias marxistas” no âmbito universitário. Depois de averiguações, nada foi comprovado.

Segundo Barreto (2005), Gonzalez volta a ser acompanhada de perto novamente pelos departamentos de segurança da época, após sua inserção efetiva no movimento negro. Sua participação em palestras eram filmadas e anexadas em seu dossiê, “em tempos de ditadura, qualquer denúncia de racismo era recebida como tentativa de criar sentimentos antinacionais”. Falar de racismo significava dar vida àquilo que “não existia na sociedade brasileira” (RATTS; RIOS, 2010, p. 87).

Com o fim do período ditatorial, Lélia se insere na política. Sua inserção não foi bem vista pelos membros dentro do MNU, o que a levou a se afastar da entidade. Gonzalez acabou auxiliando na formação do Partido dos Trabalhadores (PT)⁷ e filiando-se a ele.

Lélia acabou se engajando na formação do PT, partido que ela considerava pluralista. Em depoimento coletado por Tereza Cristina Costa (1982, p.

⁵ Regime instaurado em 1 de abril de 1964 e que durou até 15 de março de 1985, sob comando de sucessivos governos militares que se caracterizou pela forma repressiva e violenta aos contrários às ações instauradas no período.

⁶ In: PRADAL, Fernanda Ferreira. **A justiça de transição no Brasil: o caso do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro**. 2017. Tese (Doutorado) – Departamento de Direito, PUC, Rio de Janeiro, 2017, p. 66-91.

⁷ Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 10 de fevereiro de 1980, em São Paulo.

44), ela comentou sua opção pelo Partido dos Trabalhadores, no ano em que foram realizadas as primeiras eleições pluripartidaristas brasileiras pós-ditadura militar: “O PT é um partido que não tem senhor, não tem essa de arregaçar a manga feito Ademar. Eudes é Eudes, não é senhor senador, meu governador, etc. É toda uma postura de mundo, uma postura corporal diferente”(RATTS; RIOS, 2010, p. 116).

Segundo Ratts e Rios (2010), um fator essencial no PT para a ativista era a sua composição vasta e diversificada, além do compromisso com os movimentos sociais:

Parecia buscar uma horizontalidade nas relações sociais, quebrando, de certa forma, o padrão elitista dos partidos tradicionais brasileiros, formados por classes econômicas elevadas ou por uma camada média intelectualizada - distantes, portanto, da realidade vivida pela maioria da população (RATTS e RIOS, 2010, p. 116).

No ano de 1982, Lélia se candidatou pela primeira vez à deputada federal. Sem se eleger, a autora negra marcou a história carioca ficando como a primeira suplente do partido petista. Mas a política, entre outros fatores, propiciou à intelectual no processo da campanha eleitoral, uma maior aproximação aos espaços renegados da sociedade, visitando comunidades e morros do Rio de Janeiro, onde, “em 82 foi que ela começou a montar esse vínculo com as pessoas” e “subiu o morro”, conseguindo a adesão do Presidente da Associação e de uma turma que apoiou e deu força na campanha” (VIANNA, 2006, p. 103).

O fim com a organização partidária política veio após dois anos na instituição. Para Ratts e Rios (2010), o rompimento se deu diante da dificuldade de Lélia em introduzir no partido pautas raciais. Neste momento, a professora ingressa no PDT⁸, lançando-se agora como deputada estadual. Suas propostas se fundavam inicialmente com o compromisso com o movimento negro, a questão das mulheres, homossexuais e todos aqueles colocados à margem da sociedade. Mas novamente, Gonzalez não sai vitoriosa politicamente.

Lélia Gonzalez sempre apostou na construção de um Estado e organizações que fossem comprometidas com a realização plena da democracia e, portanto, necessariamente, antimperalista, anticolonial, antirracista e antissexista. Depois das suas frustrações políticas, a autora se voltou mais para o movimento negro.

⁸ Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado em 17 de junho de 1979, em Lisboa, Portugal. Fruto da articulação dos trabalhadores exilados no período ditatorial, liderados por Leonel Brizola.

Lélia Gonzalez defendeu dentro e fora do movimento negro, a construção de organizações autônomas e independentes de mulheres. Expressão concreta dessa defesa foi a criação do coletivo de mulheres negras, Nzinga - composto por um verdadeiro esquadrão feminino de mulheres extremamente aguerridas, chamadas de criadoras de “casos”, que introduziram essa perspectiva organizacional. Esse grupo era composto por mulheres de diferentes posições sociais, desde analfabetas e trabalhadoras manuais, até mulheres com formação universitária. Comungavam ali, as diversas experiências feministas, étnico-raciais, movimento de favelas, entre outras articulações necessárias de debate e criação de estratégias.

Para Ratts e Rios (2010, p. 100) “A importância de Lélia Gonzalez na produção de um discurso crítico sobre a posição subalterna da mulher negra na sociedade brasileira é consenso no interior da militância feminista e negra em todo país”. Segundo Barreto (2005), mesmo com vários projetos em andamento e dedicação ao Nzinga, Lélia não se afastou do MNU, para evitar de uma certa forma “um rancor” dentro da entidade.

Iniciou o mestrado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1975, sem efetivar o título de conclusão. Na tentativa de dar continuidade aos estudos da cultura afro-brasileira, iniciou o doutorado⁹ em Antropologia, na Universidade de São Paulo, em 1994 - ano pelo qual Lélia se torna Diretora do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio.

No processo da trajetória intelectual de Lélia Gonzalez, vale destacar suas inúmeras viagens pelas Américas, Europa e África. Construiu redes importantes na construção da sua análise, imprimindo à sua negritude, uma perspectiva transnacional. Nesses diversos espaços geográficos, a autora percebeu semelhanças que a possibilitaram formular categorias específicas vistas por ela como comuns aos ameríndios e amefricanos, como traços linguísticos e culturais difusos territorialmente.

Lélia Gonzalez faleceu em 10 de julho de 1994, diante de complicações cardíacas do diabetes, ao qual a autora descobriu depois de voltar de uma das inúmeras viagens feitas por ela ao continente Africano.

A morte de Lélia Gonzalez foi registrada e sentida por seus pares do movimento negro, do movimento de feminista e de uma parte da esquerda

⁹ Lélia Gonzalez começou a cursar o chamado “doutorado direto”, visto a sua não conclusão do mestrado em Comunicação na Universidade do Rio de Janeiro.

intelectual brasileira. Pouco mais de seis meses depois, em janeiro de 1995, Beatriz Nascimento foi assassinada pelo marido de uma amiga que ela estava defendendo. Lélia e Beatriz dedicavam um vazio e ao mesmo tempo se tornavam duas das principais referências de ativismo negro feminino. Era um ano fundamental para a ação pública do movimento negro brasileiro, em face dos 300 anos de comemoração da morte de Zumbi dos Palmares (RATTS; RIOS, 2010, p. 155).

Configura-se então, Lélia enquanto referência. Foi uma grande pesquisadora, cientista, mulher negra, que se propôs a analisar uma temática extremamente importante para se pensar a realidade brasileira. Para Barreto (2005), foram os movimentos negros que, de certa forma, mantiveram a obra e memória da ativista vivas em um momento em que ela não era mais referenciada. Seu reavivamento teórico vem em um processo de ascensão do feminismo negro no cenário brasileiro.

Segundo Ratts e Rios (2010), Lélia Gonzalez é um dos maiores nomes do movimento negro brasileiro, atuou na defesa dos direitos da mulher e da população negra no cenário nacional e mundial, comprometida com o combate às desigualdades há muito tempo silenciadas.

Ela não veio pronta; fez-se, tornou-se. Lélia de Almeida saiu do “lugar de negro”, tornou-se mulher negra, tornou-se Lélia Gonzalez, viajou por lugares negros, pensou, escreveu, falou e disse. E nós, aproximando-nos dela, vimos muito, imaginamos mais ainda, dissemos o que foi possível dizer. Esperamos que o pensamento e discurso dela continuem explicando o mundo que se quer interpretar e transformar (RATTS; RIOS, 2010, p. 156).

3.2 REFLEXÕES SOBRE AS ORGANIZAÇÕES NEGRAS E OS MOVIMENTOS NEGROS EM LÉLIA GONZALEZ

Nesta etapa da pesquisa, dialogamos com as organizações e movimentos negros. A luta coletiva de sujeitos negros no território possui especificidades, em que o significativo é o marcador racial (GONZALEZ, 2018). Desde as senzalas até os dias atuais, o povo negro e afrodescendente se move na contramão do racismo, se organizando dentro da sociedade que o discrimina e o inferioriza por meio de padrões dominantes.

3.2.1 Organizações Negras no Período Colonial

As organizações da comunidade negra sempre se movimentaram, desde o

período colonial, mesmo que sem enfoque direto na “questão racial”, mas na objetivação da liberdade. Serem pessoas livres, era foco de lutas, e o instrumento utilizado para alcançar era a resistência, que nos quase 300 anos de escravidão foi fortemente reprimida. Segundo Moura (1983), o povo negro sempre se manteve organizado desde o regime escravista mesmo que em um processo descontínuo, mas constante.

[...] ao apresentar a experiência de resistência do negro à escravidão, estamos constituindo duplo movimento de afirmação da luta dos antepassados contra a opressão do sistema escravista e também de valorização do patrimônio cultural e histórico dos descendentes de africanos (SANTOS, 2009, p.25).

Segundo Moura (1986), os escravizados no sistema escravista eram meros componentes da estrutura efervescente sem quaisquer tipos de contradição. Entretanto, a escravidão era algo que não deveria ser visto, sendo externalizada como “trabalho livre” extraíndo a característica compulsória que atingiu inúmeros escravizados, demonstrando que diferentemente do período escravista vivenciado nos Estados Unidos, o Brasil reconhecia e valorizava a humanidade do negro.

Em meio a todo processo de sofrimento e desumanização, os negros se mobilizavam coletivamente. A luta pela liberdade diante da sua condição social e existencial no colonialismo, fez com que o povo negro organizasse várias frentes de resistência, desde o aborto feito pelas escravizadas diante da violência sexual, suicídios¹⁰, até a mais socialmente rememorada fuga para a formação dos quilombos¹¹ – modelo de sociedade alternativo criados pelos negros. Este último, tradicionalmente, se localizava mata adentro nos arredores dos centros urbanos e de difícil acesso para os colonos, sendo unidades de resistência¹² com caráter de permanência.

E os quilombos existiram em todo o país como a contrapartida, o modo de resistência organizada do povo negro contra a superexploração de que era objeto. Sua distribuição geográfica articulou-se com a migração interna da população escrava (principalmente depois de 1850), forçada a satisfazer as exigências econômicas regionais do sistema. Os chamados “ciclos da economia brasileira” do período escravagista (açúcar, mineração e café,

¹⁰ As ações de autoexterminio também podem ser atribuídas, ao “banzo”, sentimento proveniente da saudade à terra original.

¹¹ Lélia Gonzalez traduz o termo da língua bantu (Angola), que significa *capital, união e povoação*.

¹² Esses núcleos possuíam diversos tamanhos em que podiam se transfigurar em aldeias maiores e independentemente do contingente habitacional, a economia de subsistência era preservada.

além de outros secundários, como algodão, fumo etc.) obrigavam a população escrava a tais deslocamentos e esta, por sua vez, resistia com a formação dos quilombos (GONZALEZ, 1982, p. 90-91 *apud* VIANNA, 2006, p.148).

Diferentemente do pensamento difuso sobre a escravidão brasileira, os escravizados não eram meros elementos alienados do sistema, eles tinham consciência social e se organizavam, negavam o regime colonial, bem como, transmitiam às gerações posteriores suas histórias, culturas e valores.

De fato, esses cativos estavam dando um salto qualitativo no processo de conhecimento do seu nível de exploração, pois não mais se colocavam como escravos, mas como cidadãos, reivindicando direitos idênticos aos trabalhadores assalariados atuais. Era, portanto, uma proposta de transformação do próprio conteúdo das relações de classes e da forma de apropriação da produção do processo de trabalho. Esta ponte estabelecida na consciência desses escravos com a sua situação estrutural é uma demonstração de que, em circunstâncias especiais, os velhos conceitos consagrados sobre as limitações do escravo no processo do conhecimento, muitos deles repetidos por simples mimetismo científico, não são suficientes para interpretar a realidade emergente (MOURA, 1986, p.76).

Assim, a consciência diante da condição de exploração e a constante luta pela liberdade caracterizam os primeiros canais organizacionais coletivos de sujeitos negros, que percorreu todo o período escravocrata, continuam após a abolição, e persistem até os dias atuais.

3.2.2 Contextualização Pós Abolição

O ato simbólico de assinatura da Lei Áurea, que tornou legal o fim do período escravocrata, ocorreu de forma isolada, sem vir acompanhado de medidas que possibilitassem à população negra recém liberta se inserir na sociedade de classes, ficando à margem do desenvolvimento social e econômico do país. Não houve criação de políticas afirmativas e nem leis específicas, restando-lhes o lugar de marginalização.

Diante da nova política de embranquecimento, a presença da herança africana e indígena era tida como um obstáculo ao desenvolvimento nacional. Segundo Ratts e Rios (2010), em todas as esferas da sociedade, as práticas sistêmicas de rejeição e negação aos negros vão se reatualizando. Para Fernandes (2008), o fim do regime

escravocrata e instauração da Primeira República ocorreu sem qualquer tipo de seguridade para os negros na transição para o trabalho livre, “sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objetivo prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho” (2008, p.29).

Neste sentido, a população negra se insere no mercado de trabalho – modelo pelo qual a sociedade se organiza naquele momento – em condições desprivilegiadas e de subalternização, mantendo-se, principalmente, em funções braçais e de baixas remunerações, além de altos índices de desemprego. Esta situação se precariza ainda mais com a chegada dos imigrantes europeus, que de maneira geral, significou para o negro um forte concorrente por melhores oportunidades de trabalho.

O impacto da competição com o “estrangeiro” foi aniquilador para o negro e o mulato, porque eles não contavam com elementos: seja para resguardar as posições relativamente vantajosas, já adquiridas; seja para concorrer nas sucessivas redistribuições de oportunidade econômicas entre os grupos étnicos concorrentes, embora elas fossem, então, muito fluidas, acessíveis e elásticas, por causa da extrema mobilidade imperante no meio econômico social (FERNANDES, 2008, p. 41-42).

Com o fim do regime servil, o negro livre aprendia compulsoriamente no mercantilismo que precisava contar com a própria força de trabalho para garantir a sua subsistência e de sua família. Lutou ferozmente para não ser colocado à margem da economia ativa, mesmo que no sistema de assalariamento, os empregadores tivessem preferência pelo trabalhador europeu.

Projetados socialmente como objeto de inferiorização, o trabalhador negro nas primeiras décadas da instauração da sociedade de classes, sofria restrições que não afetavam a mão-de-obra branca europeia. Nas mais modestas ocupações de trabalho, se deparavam com o proletariado imigrante tendo-o como concorrência direta, “estavam tão longe quanto no passado recente de serem *livres* por inteiro, com segurança, prestígio e dignidade” (FERNANDES, 2008, p.65).

As diferentes formas de marginalização e opressão a que negros e negras eram submetidos, fez com que as organizações e movimentos negros se (re)configurassem em estratégias de (re)existência coletiva. Foram diversas e inúmeras as mobilizações negras, destacamos, neste momento, algumas destas, em diálogo com Lélia Gonzalez e outros autores.

3.2.3 As Organizações Negras após os anos de 1930

Após o processo conturbado de inserção do negro na sociedade de classes, diante do fim do sistema escravocrata, o negro seguia se mobilizando. Segundo Gonzalez (1982), as primeiras organizações coletivas, as denominadas entidades e/ou associações de pessoas negras, serviram de referência e “possibilitaram ao mesmo tempo o exercício de uma prática política, preparadora do advento dos movimentos negros de caráter ideológico” (GONZALEZ, 1982, p.149).

Também vale ressaltar o surgimento de diferentes lugares negros de lazer, além dos que foram criados em reação à discriminação racial sofrida em bailes, festas e casas noturnas. Isso tudo porque, desde a abolição da escravidão ocorrida em 1888, não havia no país leis contra a discriminação racial. Práticas sistemáticas de rejeição aos negros aconteciam no mercado de trabalho, em espaços públicos e em locais destinados ao lazer. Muitas associações recreativas se transformaram em espaços políticos e de proteção social. Algumas perduraram por décadas; outras, porém, nasciam e, devido à escassez ou ausência de recursos, logo desapareciam (RATTS; RIOS, 2010, p.78).

Muitas dessas organizações e entidades foram fundadas com o objetivo de lutar politicamente por melhores condições de vida para a população negra. No seu interior, se constituía por pessoas que se apresentavam à sociedade em prol da luta antirracista, que se organizavam e publicizavam suas ideias buscando articulações em rede, tornando possível a manutenção, a propagação e ampliação da luta no sentido de fazer com que suas perspectivas e demandas fossem trazidas a público, discutidas e até assimiladas.

O embrião que deu origem a essas associações de sujeitos negros, foi a imprensa negra. O seu objetivo era a articulação da raça com informações sobre os aspectos da vida social para a população afrodescendente. Podemos citar jornais de grande circulação na cidade de São Paulo, como *O Menelick*, em 1915; *A Rua* e *O Xauter*, em 1916; *O Alfinete*, em 1918; *A liberdade* e *O Bandeirante*, em 1919; *A Sentinela*, em 1920; *O Kosmos*, em 1922 e *O Clarim*, posteriormente *O Clarim d'Alvorada*, em 1924.

[...] os jornais negros surgiram quase que à base de informações sociais e literatura para, depois, irem tomando conotações de reivindicação racial. Isto acontece em face do aguçamento do preconceito de cor e da luta de classes, fatos que levaram os negros a transformarem o conteúdo de seus

jornais que passaram a se manifestar sobre o primeiro problema (MOURA, 1983, p.55).

A imprensa negra do período, representava o pensamento da coletividade negra diante das múltiplas manifestações experienciadas pelo negro diante do preconceito racial. Muito embora sofria grande dificuldade no que tange às condições práticas de edição e circulação, vivendo da solidariedade financeira da comunidade negra. Mas as questões econômicas não apagavam o brilho da luta organizada pelos jornais e revistas da época. Os esforços de seus fundadores em tornar público as ações associativas da população negra, bem como a promoção da ascensão social do negro, foram bases para modelos mais aprimorados de mobilização coletiva negra.

A imprensa negra rompe com o imaginário racista do final do século XIX e início do século XX que, pautado no ideário do racismo científico, atribuía à população negra o lugar de inferioridade intelectual. Os jornais tinham um papel educativo, informavam e politizavam a população negra sobre os seus próprios destinos rumo à construção de sua integração na sociedade da época (GOMES, 2017, p.29).

Assim, a imprensa negra foi solo fértil para o crescimento de entidades mais complexas. De forma mais específica, temos enquanto entidades negras duas expressões: o Centro Cívico Palmares, de 1926, que de uma certa forma estabelecia estratégias de movimento naquela época, construindo campanhas na imprensa negra; e a conhecida Frente Negra Brasileira (FNB), de 1931, que é fruto de uma coletividade diversa, com formulações estratégicas mais fortes, surgindo após um processo histórico nacional com a Revolução de 1930, e internacional com a Crise de 1929, que propiciaram uma ampliação da articulação e organização entre pessoas negras que lutavam contra o racismo.

A Frente Negra Brasileira foi fundada em 16 de setembro de 1931. Sua sede central situava-se na Rua da Liberdade, 196. Sua estrutura organizacional já era bastante complexa, muito mais do que quase inexistente dos jornais que a precederam possibilitaram o seu aparecimento. Era dirigida por um Grande Conselho, constituído por 20 membros, selecionando-se, dentre eles, o Chef e o Secretário. Havia, ainda, um Conselho Auxiliar, formado por Cabos Distritais da Capital (MOURA, 1983, p. 56-57).

Para compreensão sobre a Frente Negra Brasileira, Lélia Gonzalez (1982) diz:

O primeiro grande movimento ideológico pós-abolição, a Frente Negra Brasileira (1931-1938) buscou sintetizar ambas as práticas, na medida em que atraiu os dois tipos de entidade para o seu seio. Por aí, dá pra entender também o sucesso de sua mobilização. Afinal, ela conseguiu trazer milhares de negros para os seus quadros. Precedida pelo trabalho de uma imprensa negra cada vez mais militante, a FNB surgiu exatamente no grande centro econômico do país que era e é São Paulo. Mais exatamente na cidade de São Paulo, estendendo-se para outras cidades do interior (GONZALEZ, 1982, p. 149-150).

O movimento da Frente Negra Brasileira tornou-se um importante expoente no cenário brasileiro nos anos trinta, transformando-se em partido político em 1936, mas extinto após o golpe do Estado Novo em 1937, e se desintegrando da sociedade brasileira no ano seguinte, 1938, diante das correlações de força interna. Sem dúvidas, dentre as primeiras expressões da organização negra na década de 1930, a FNB, foi “um marco dos mais importantes do projeto de organização política do negro brasileiro” (GONZALEZ, 2018, p. 150).

Composta por vários departamentos, promovia a educação e o entretenimento de seus membros, além de criar escolas e cursos de alfabetização de crianças, jovens e adultos. Visava, também, a integração dos negros na vida social, política e cultural, denunciando as formas de discriminação racial existentes na sociedade brasileira daquele período (GOMES, 2017, p.30).

É importante destacar também, que o período de 1945 a 1948 foi caracterizado pela “intensificação das agitações intelectuais e políticas dessas entidades que, agora, tratavam de redefinição e implementação definitiva das reivindicações da comunidade negra” (GONZALEZ, 2018, p.150). Para a autora, a entidade mais significativa no período foi o Teatro Experimental do Negro (TEN), de 1944. Surgiu através de um projeto idealizado por Abdias Nascimento, que se posicionou criticamente contra o racismo e suas expressões. Além de enaltecer a estética negra, o trabalho desenvolvido pelo TEN tinha como enfoque a questão racial, propondo a valorização social do negro e da cultura afro-brasileira por meio da informação e arte, bem como a criação de um novo estilo dramático no sentido de delinear um trabalho cultural numa perspectiva política.

Neste sentido, temos outra entidade bastante valorizada por Lélia Gonzalez, as escolas de samba. Estas por sua vez, sempre transitaram entre a marginalização do “aglomerado de negros” e pela aceitação durante o carnaval. As escolas de samba se constituíam como espaços organizados que ativavam o seu espírito associativo,

avivando a consciência negra durante todoo ano, em que “sua produção não deixava de expressar a resposta crítica da comunidade negra em face dos dominadores” (GONZALEZ, 2018, p.153). Um fato importante destacado por Lélia com relação às escolas de samba, foi a sua assimilação pelo capitalismo, passando de entidades expressivas da comunidade negra às empresas da indústria turística.

De maneira geral, o período dos anos 1930 foi muito aproveitado pelas organizações negras. Mesmo nas mais diversas circunstâncias, a capacidade de negros e negras se organizarem e se agruparem enquanto coletivo e comunidade negra, questionando as diferentes situações em que se encontravam, configuraram enquanto uma ampliação das diversas frentes dentro do movimento negro. Logo, essas organizações se criavam e recriavam, mas acima de tudo, se articulavam entre si, tomando posicionamentos políticos contra o preconceito racial, o racismo, a pobreza e tantas outras formas de violência.

3.2.4 Movimento Negro Sim Senhor!

As associações negras criadas na década de 1970, principalmente a partir de 1974, com abertura política, contribuíram diretamente para a luta pela democracia no Brasil. Contra o regime militar ditatorial, então vigente, representavam uma mudança significativa na luta específica contra o racismo e por melhores condições de vida para negros e negras no nosso país.

Mesmo sob repressão, várias entidades, organizações e redes de ativismo negro se fortaleciam em diferentes partes do Brasil. As influências externas como a *négritude*¹³, *panafricanismo*, lutas por independência em países africanos, textos e livros de revolucionários negros como Franz Fanon, Amilcar Cabral, Agostinho Neto, entre outras figuras de resistência, contribuíram para a construção estratégica das ações desenhadas pelos movimentos. Além disso, vale lembrar das lutas por direitos civis nos Estados Unidos, com intelectuais negros ativos como Luther King, Malcom X, Angela Davis, Panteras Negras, entre outras expressões, que levaram o movimento negro norte-americano à derrocada das leis segregacionistas.

Para Lélia Gonzalez (1982), o movimento negro nos anos de 1970, emerge nas lutas contra a ditadura militar, conjuntamente com os movimentos estudantis,

¹³ Palavra de origem francesa, oriunda da construção coletiva de lideranças africanas, latino-americanas e caribenhas.

movimento em defesa da anistia, mobilização popular contra a carestia, lutas populares por saneamento básico, lutas sindicais com greves gerais, luta das mulheres, entre outras frentes, que constituíram como um grande arco de ações coletivas em favor da democracia.

Vale ressaltar o contexto em que o movimento negro se fortalece, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo, polos fundamentais para a reatualização do movimento negro no final da década de 1970. As influências do movimento negro norte- americano que atravessavam a territorialidade, chegando em solos brasileiros, foram absorvidas pela juventude negra que possibilitaram um campo fértil para a construção coletiva da resistência negra.

A partir de 1974, despertada para o conteúdo político da questão racial, Lélia passou a participar das discussões que então reuniam ativistas negros no Rio de Janeiro. Procuravam analisar a histórica subordinação dos negros no Brasil, avaliar os efeitos da ditadura militar sobre a organização dos negros, bem como estudar sobre a situação e a luta dos negros em outros países. Estas inquietações afluíam ao mesmo tempo em que os negros do Sul do Brasil promoviam uma agitação político cultural baseada na soul music, como que numa preparação intensiva para o movimento aberto de combate ao racismo, que eclodiria mais tarde. Os militantes cariocas, então, tinham dois encontros por semana “para preparar dois tipos de texto: um, com o noticiário a respeito de atos de discriminação e, outro, relativo ao período pré-colonial na África. Aos sábados, reunião geral (...) no domingo tava todo mundo na Noite do Shaft no Renascença. A cada reunião o grupo crescia (BAIRROS, 2000, p.344).

Neste sentido, o movimento negro do período citado, tem um marco de reconstituição histórica importante. Em face de uma efervescência militante negra, várias lideranças contribuíram para a ampliação do debate racial na sociedade e também para inserção de políticas efetivas de igualdade racial dentro da institucionalidade do governo federal.

Na realidade, por haver uma vasta e diversificada cultura de sociabilidade negra espalhada pelo país, quando o movimento negro voltou a se fortalecer, na década de 1970, já existiam muitas associações, organizações e clubes negros ativos e com fins diversos, tanto nos setores populares quanto entre as camadas que viviam o processo de ascensão social. Esses espaços eram mananciais de símbolos culturais necessários ao fortalecimento da identidade negra que combatiam o ideário nacional que pregava a mistura das raças como modelo de civilização nos trópicos (RATTS; RIOS, 2010, p.78).

Assim, surge nas escadarias do Teatro Municipal da cidade de São Paulo em

1978, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR)¹⁴ sendo resultado de todo um “trabalho dos setores mais consequentes das entidades cariocas e paulistas, empenhados numa luta comum. [...] não contou com a participação de nenhuma grande personalidade, mas resultou do esforço de uma negra anônima” (GONZALEZ, 2018, p.163).

Essa organização de caráter nacional elege a educação e o trabalho como duas importantes pautas na luta contra o racismo. O MNU talvez seja o principal responsável pela formação de uma geração de intelectuais negros que se tornaram referência acadêmica na pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil (GOMES, 2017, p.32).

Dentre as entidades presentes que assinalaram o manifesto do MNUCDR, Lélia Gonzalez ressalta:

Assinavam o documento os seguintes grupos e associações: Câmara de Comércio Afro-Brasileira, Centro de Arte e Cultura Negra, Associação Recreativa Brasil Jovem, Afrolatino América, Associação Casa de Arte e Cultura Afro-Brasileira, Associação Cristã Beneficente do Brasil, Jornegro, Jornal Abertura, Jornal Capoeira, Company Soul, Zimbabwe Soul (GONZALEZ, 2018, p. 164).

O primeiro ato público do movimento negro foi memorável, segundo Lélia Gonzalez. Reunidos ali, boa parte das associações cariocas e paulistas, além de ativistas vindos de várias partes do país.

Não faltou sensibilidade, força, nem dedicação e esses ativistas – que dispensaram tempo e recursos pessoais em defesa daquilo que acreditavam. Questionar publicamente fortes alicerces da nacionalidade brasileira, estar sujeito à repressão policial e sob os olhares dos agentes secretos do Dops foi, sem dúvida, uma experiência que marcou profundamente a trajetória dos ativistas que participaram daquele evento (RATTS; RIOS, 2010, p.84).

O clima de contestação às práticas sistêmicas do racismo sentido por todos naquele comovente 7 de julho de 1978, simbolizou para o movimento negro a união de toda uma luta coletiva desde o colonialismo. As milhares de pessoas ali presentes, participaram de um marco na esfera nacional fruto da organização política dos

¹⁴ Posteriormente denominado Movimento Negro Unificado (MNU).

sujeitos negros que intensificaram os estudos e discutiam a situação dos negros na sociedade brasileira nos anos de 1970.

O MNU (nome que foi simplificado para Movimento Negro Unificado), segundo seus fundadores, é um movimento reivindicativo, construído por pessoas sem distinção de sexo, instituição, e que assumam voluntariamente o seu programa de luta. Tem como finalidade principal o combate ao racismo onde se faça presente; a luta constante contra a discriminação racial e o preconceito e toda forma de opressão existente na sociedade brasileira, bem como a mobilização e organização da comunidade negra na luta pela sua emancipação política, econômica, social e cultural. Qualquer pessoa que estiver de acordo com o seu Programa de Ação e seus Estatutos, poderá ser membro, mas tendo a obrigação de “além de solidarizar-se com todas as decisões tomadas pela maioria, conhecer profundamente esses documentos” (MOURA, 1983, p.73).

O Movimento Negro, então, era constituído – mesmo que em disputa em seu interior – de tudo aquilo que afirmava uma identidade negra contra o colonialismo como lutas negras, bases amplas, populares e plurais, além de formas religiosas. Ao passo que lutava pelas suas frentes de forma autônoma, também se articulava com organizações sindicais e partidárias, defendendo uma luta política ampla no interior das forças progressistas brasileiras, garantida a especificidade da luta negra, sem que ela pudesse ser dissolvida.

O Movimento Negro conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil. Ao trazer o debate sobre o racismo para a cena pública e indagar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais, esse movimento social ressignifica e politiza a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante (GOMES, 2017, p.21).

Segundo Gomes (2017), a reatualização do Movimento Negro coloca a politização da raça no cenário nacional, alterando os conceitos distorcidos e negacionistas sobre tudo que permeia o negro como cultura, história, práticas e conhecimento, transcendendo a *marca* de inferiorização que a raça possui, realocando-a como fundamental para a construção social.

Dentro da coletividade dos movimentos sociais, o de especificidade racial, se caracterizou pelo seu caráter emancipatório de afirmação e acima de tudo, reivindicativo. No Movimento Negro então, encontrou-se uma fusão das “mais diversas formas de organização e articulação de negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade” (GOMES, 2017, p.23).

3.2.5 Lélia Gonzalez e o Movimento Negro

Lélia Gonzalez fala de um lugar diferente dentro do movimento negro, de pertencimento de uma história que ela ajudou a construir. Ela rememora todo um conjunto de instituições, associações e entidades que foram significativos e importantes agentes para o processo de “unificação” de toda uma luta reivindicativa e de valorização da identidade negra.

Quando Lélia definia os movimentos negros, ela trazia manifestações coletivas anteriores como a Frente Negra Brasileira (FNB), o Teatro Experimental do Negro (TEN), o Teatro Popular, mas também os terreiros, o bloco afro Ilê Aiyê, o Candomblé, as irmandades, as sociedades de ajuda e outras tantas formações culturais de organização negra tradicional, que se diferenciavam pelas suas especificidades, mas que já eram movimentos negros.

Segundo Ratts e Rios (2010), o caráter militante de Lélia Gonzalez dentro do movimento social negro transbordava as atividades restritas em organizações civis, agindo “em espaços abertos de enfrentamento político, o que implicava a exposição das grandes lideranças” (RATTS; RIOS, 2010, p. 85).

Em 1976 eu mesma iniciava o primeiro Curso de Cultura Negra no Brasil, nas escolas de Artes Visuais (no Parque Lage). (...) reunindo artistas e intelectuais progressistas, cuja produção implicava numa visão crítica da realidade brasileira. (...) além do curso teórico (que em seguida se articulou com outros dois: um, de danças afro-brasileiras e, outro, de capoeira), que visava analisar as instituições e os valores culturais negros, assim como sua presença na formação cultural brasileira, o espaço da Escola também foi aberto para a expressão viva de artistas e intelectuais negros. Durante três anos (76,77,78), no mês de novembro, realizamos exposições de artistas plásticos, apresentações de grupos de dança e poesia, exibição de filmes, seminários, lançamento de livros, espetáculos de música etc. (GONZALEZ, 2018, p. 161- 162).

Dentro da história do Movimento Negro Unificado, Lélia Gonzalez foi uma figura muito importante, conduzindo trabalhos, estando à frente de várias articulações¹⁵, trazendo o seu conhecimento acadêmico, leituras e interpretações das diferentes experiências de outros iguais da comunidade negra dos guetos, favelas, cortiços, de trabalhadores informais, etc., que compunham a pluralidade do movimento.

¹⁵ No período que antecedeu o ato público do MNU, Lélia Gonzalez já atuava como professora na PUC-RJ, sendo ainda uma das diretoras de departamento, além de estar inserida ativamente no Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN).

O papel singular desenvolvido por Lélia nos primeiros momentos de articulação e formação do movimento social negro é lembrado em entrevista pelo ativista político e também fundador do MNU, Milton Barbosa¹⁶, dada a União dos Coletivos Pan-Africanistas, no Centro de São Paulo, em junho de 2018:

Conheci Lélia Gonzalez em 1978, véspera do ato público, já tínhamos uma relação com IPCN, ali fazíamos uma discussão antes mesmo da fundação do MNU, juntamente com Yedo Ferreira, Amaury, José Maria. Mas o contato mesmo ficou mais próximo a partir do ato público de 07 de julho e aí ela começa a participar do MNU, que foi criado no dia 18 de junho de 1978. E com isso ela trouxe o seu conhecimento, já que desenvolvia um trabalho de estudo sobre a situação da mulher negra, ela era professora da PUC-RJ, uma das diretoras de departamento, então ela trouxe seu conhecimento e possibilidade de articulação para dentro do MNU. Foi uma das figuras mais importantes, realizou viagens ao exterior falando a respeito da situação da mulher negra, sobre a importância da Consciência Negra, onde nós no dia 04 de novembro de 1978 realizamos uma assembleia em Salvador -BA, onde foi decidido transformar o 20 de novembro em dia Nacional da Consciência Negra e a Lélia esteve presente e conduziu os trabalhos, esteve à frente das articulações, mesmo pelo conhecimento que ela tinha e também pela sua liderança; então, foi uma figura muito importante, uma das mulheres mais importantes no interior do MNU, assim como Luiza Bairos, dentre as figuras de suma importância na história do MNU, e do movimento negro como um todo, está Lélia Gonzalez (GONZALEZ, 2018, p. 451-452).

Conjuntamente com outros ativistas e intelectuais negros, Lélia, dava centralidade ao negro na luta pela superação do sistema escravista e pelo reconhecimento do Estado como responsável por uma política de morte destinada exclusivamente aos corpos negros, questionando “publicamente fortes alicerces da nacionalidade brasileira” (RATTS; RIOS, 2010, p. 85). Sobre o momento histórico, a autora relata:

E estávamos todos lá, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Muita atividade (distribuição da carta aberta à população, colocação de cartazes, faixas, etc.) muita alegria, muita emoção. As moções de apoio chegavam e eram lidas com voz forte e segura. A multidão aplaudia os discursos que se sucediam. Graças às mensagens de solidariedade de grupos, organizações, entidades negras e brancas, de São Paulo e do Brasil; graças às falas que iam fundo em suas denúncias; graças àquela multidão ali presente (cerca de duas mil pessoas), negra na maioria (mas muitos brancos também); graças a todo um espírito de luta plurissecular de um povo, a emoção tomava conta da gente, causando uma espécie de vertigem. E um sentimento fundo tomou conta de cada um, quando ouvimos a leitura, a duas mil vezes, da Carta Aberta à População (GONZALEZ, 2018, p.167).

Assim, Lélia Gonzalez, fez parte ativamente enquanto construtora da retomada

¹⁶ Milton Barbosa é ativista político e militante do movimento negro, sendo uma das mais importantes lideranças políticas no movimento antirracista no Brasil

das organizações populares de sujeitos negros a partir da década de 1970, articulando politicamente raça, gênero e classe, sensibilizando a sociedade brasileira com relação a questão racial, ato esse, exclusivo em comparação a mobilização de outros movimentos sociais da época. Seja no interior do Movimento Negro Unificado ou na resistência nas ruas, dando ênfase às particularidades da população negra, o combate contra o racismo e a discriminação racial.

Conheci Lélia Gonzalez quando entrei para o Movimento Negro Unificado-MNU em 1979. Ela era membro da Comissão Executiva Nacional, e a todos surpreendia pelo comportamento ousado, a risada de corpo inteiro, o linguajar popular, bem ao modo do falar carioca, salpicado de expressões acadêmicas, que até permitia que nós, os militantes mais novos, entendêssemos o que é epistemologia! Na época, não havia ninguém com a capacidade dela de pulverizar os argumentos racistas nos debates de que participávamos, de defender a legitimidade e a necessidade do movimento negro, quando todos os setores auto-intitulados progressistas nos acusavam de divisionistas da luta popular (BAIRROS, 2000, p.342).

Neste sentido, a intelectual negra deixou sua marca não somente no MNU, mas nos movimentos negros em geral e nos militantes que levantavam a bandeira em prol da luta antirracista no Brasil. As contribuições de Lélia para a articulação e mobilização da comunidade negra fez da autora uma referência para muitos militantes e intelectuais negros.

4 RACISMO E SEUS IMPACTOS NA REALIDADE BRASILEIRA

(...) o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2018, p.25).

Quando pensamos em produção de conhecimento sobre a realidade racial brasileira, nos deparamos com uma consciência nacional que nunca houve, apenas tentativas individuais sérias de dar centralidade de estudo a população afrodescendente enquanto raça. O comodismo, medo ou mesmo racismo, caracteriza uma perspectiva minimalista e superficial de análise, como se vivêssemos ainda sob o escravismo, ou de forma mais grave, cria e recria teorias alienadoras e mistificadas, que silenciam e ocultam fatos importantes do processo de formação e constituição de um povo que possui suas marcas expressas em cada canto deste país.

Assim, neste capítulo, a proposta da escrita terá como elemento central o negro brasileiro e as implicações que isso significa na sociedade num todo social, do qual, por força do racismo e do preconceito racial, é posto à margem, ou simplesmente alocado a um “lugar de negro”¹⁷, relacionando a raça diretamente com o aspecto de subordinação que impacta diretamente na formação - qualificação - submissão dos indivíduos negros (GONZALEZ, 2018).

Além disso, será realizada uma breve discussão acerca do debate étnico-racial na profissão de Serviço Social, haja vista que, a categoria profissional se alinha diretamente com a temática, diante da sua proposta interventiva de atuação na realidade dos sujeitos a partir de uma leitura crítica da realidade, que nos leva a possibilidade de combate as expressões do racismo também pelo viés do trabalho cotidiano dos assistentes sociais.

4.1 O RACISMO ENQUANTO PARTE FUNDANTE DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Quando se analisa a formação social brasileira, é fundamental considerar a

¹⁷ Ver: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, p.15.

análise do processo brutal e violento do colonialismo e seus efeitos posteriores. Uma das heranças desse período é o racismo. Segundo Gonzalez (2018), o racismo na sociedade brasileira se constitui como um processo histórico e político que cria e recria condições ideologicamente sociais, econômicas e culturais para os grupos etnicamente diferentes do grupo dominante, resultando na discriminação que “passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravatura, na medida em que beneficia a determinados interesses” (2018, p.97).

É nesse sentido que o racismo, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um lado, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social (GONZALEZ, 2018, p.98).

O racismo está presente, de forma implícita e explícita, nas relações sociais. As práticas discriminatórias são sustentadas por uma ideologia que hierarquiza os seres humanos pela cor da pele e pelos traços fenóticos.

O racismo estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe a “superioridade” branca ocidental à “inferioridade” negro-africana. A África é o continente “obscuro”, sem uma história própria (Hegel); por isso, a Razão é branca, enquanto Emoção é negra. Assim, dada a sua “natureza sub-humana”, a exploração socioeconômica dos amefricanos por todo o continente, é considerada “natural” (GONZALEZ, 2018, p.330).

Raça e racismo na sociedade capitalista vão muito além de fatores socioeconômicos. Tem raízes profundas de dominação, sendo que, “o racismo, cuja essência reside na negação total ou parcial da humanidade do negro e outros não-brancos, constitui a justificativa para exercitar o domínio sobre os povos de cor” (HASENBALG, 1982, p.69).

Quando analisamos as especificidades da população negra, principalmente em um cenário de supremacia branca, como a sociedade brasileira se organiza, percebemos que as elites brancas sempre tiveram o controle da categoria raça ao seu objetivo, construindo o discurso que raça não existe, somos “todos brasileiros”. Porém, a realidade para os sujeitos negros é bem diferente. As oportunidades experienciadas pelos afrodescendentes divergem em comparação aos brancos, sejam elas no mercado de trabalho, no acesso à educação, à saúde, dentre outras. A alocação

em determinados contextos sociais, determina aos negros, um constante temor de sofrer humilhações em determinados lugares, isso, contraditoriamente, em uma sociedade que afirma não haver distinção de raças.

Desta forma, as práticas discriminatórias, a tendência a evitar situações discriminatórias e a violência simbólica exercida contra o negro reforçam-se mutuamente de maneira a regular as aspirações do negro de acordo com o que o grupo racial dominante impõe e define como os “lugares apropriados” para as pessoas de cor (HASENBALG, 1982, p.91).

Neste sentido, as relações raciais posicionam o negro como problema, respaldado em uma “hierarquia de cor”, que impõe como dominante o conhecimento, a cultura, a estética, a ideologia branca. Isso implica no consciente da população negra em relação à sua herança africana, um sentimento de vergonha e sensação de inferioridade de seus valores e cultura, dificultando a aceitação de sua ancestralidade. Ainda que movimentos contra hegemônicos a esse branqueamento sempre existiram, e ganham cada vez mais força.

Assim, ser negro significa vivenciar cotidianamente desde a infância, a violência de ser “diferente”, “inferior”, logo passível de domesticação e aceitação de práticas eugenistas¹⁸ sustentadas pelo mito da democracia racial, que executa de forma contínua e cruel o status branco.

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experienciar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experienciar o lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos (RIBEIRO, 2017, p.48).

Na contramão do racismo estruturante da sociedade brasileira, vemos tentativas sérias, especialmente através de intelectuais negros e negras, de estudos rigorosos, que ressignificam a história da população negra e o ser negro. Nesse momento, ressaltamos Beatriz Nascimento, Abdias do Nascimento, Clóvis Moura, Sueli Carneiro, Nilma Lino Gomes e Lélia Gonzalez que fazem parte de um processo contínuo de luta antirracista, em diferentes frentes de luta e resistência como os movimentos negros de engajamento árduo de intelectuais negros e negras, conquistando ao longo dos anos importantes conquistas coletivas na luta antirracista e

¹⁸ Compreende como eugenia o estudo das raças que inferiorizava ou superiorizava através da categorização dos sujeitos baseando-se nas origens, no século XIX (TELLES, 2003, p.43).

social.

4.1.1 Lélia Gonzalez e suas reflexões sobre o racismo

Para Gonzalez (2018), o racismo é o sintoma por excelência da “neurose cultural brasileira”, que age como um sistema de opressão que vai além das ofensas, negando direitos e destruindo a consciência dos brasileiros sobre a questão racial, privilegiando um grupo racial em detrimento do outro.

Ser negro é enfrentar uma história de quase quinhentos anos de resistência à dor, ao sofrimento físico e moral, à sensação de não existir, à prática de ainda não pertencer a uma sociedade à qual consagrou tudo o que possuía, oferecendo ainda hoje o resto de si mesmo. Ser negro não pode ser resumido a um “estado de espírito”, à “alma branca ou negra”, a aspectos de comportamento que determinados brancos elegeram como sendo de negro, e assim adotá-los como seus (NASCIMENTO, 2021, p.49).

O racismo brasileiro pode se expressar pelo conceito psicanalítico de “denegação”¹⁹, ou seja, embasado em “teorias da miscigenação, da assimilação e da *democracia racial*” (GONZALEZ, 2018, p.324). Os mecanismos imperialistas e coloniais que fizeram dos conceitos de raça e racismo meios de justificativa para exercer a dominação da supremacia branca, foram se atualizando em conformidade com os avanços da sociedade, sendo substituídos pela incorporação de conceitos como “todos somos brasileiros”, que naturaliza a “ideologia do branqueamento”, extraindo todo um processo de sofrimento, luta e resistência dos africanos e seus descendentes em territórios brasileiros.

Assim, a incorporação da narrativa de inferiorização dos negros e negras se revela nas condições materiais, simbólicas e de acesso. Gonzalez destaca a saúde precária, o encarceramento e a violência policial sustentada no racismo, e estereótipos sobre o negro como práticas presentes no modo de funcionamento estatal em sua relação com sujeitos negros (ROZA; ROZA, 2021, p.284).

As expressões do racismo, dentro dessa falsa lógica de consciência nacional, passam a ter um caráter meramente comportamental e individualista, que não dá conta de responder o porquê da manutenção de pessoas negras em condições de

¹⁹ Lélia usa aqui um conceito de psicanálise para melhor compreensão do racismo de origem latina, sobretudo, brasileiro, que se caracteriza por ser um mecanismo de defesa individual, que inconscientemente nega uma determinada realidade como forma de proteção contra algo que possa lhe causar dor ou sofrimento.

inferioridade, subalternidade e marginalização, ao mesmo passo que pessoas brancas gozam de uma contínua ascensão social, principalmente, no mercado de trabalho.

A contemporaneidade é marcada por discursos - construídos pelas elites hegemônicas - de que raça não existe. Entretanto, essa afirmação se torna problema para o negro que está presente em sociedades de supremacia branca, como a sociedade brasileira, na qual ele vivencia diferentes oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, à educação, à saúde, dentre outras. Ele ocupa posições subalternas nos postos de trabalho, está alijado de determinados contextos sociais e convive com o temor de sofrer humilhações em determinados espaços. Tudo isso, ironicamente, em um mundo social em que se afirma não haver raças (LOPES, 2013, p.42).

Lélia Gonzalez (2018) constrói sua crítica em contraponto a todas essas teorias eugenistas que deslegitimam o caráter estrutural que o racismo ocupa, além de atuar como uma “mola” propulsora da própria sociedade brasileira. Por mais natural que pareça a ideia de “harmonia racial”, a verdade é que historicamente brancos e não-brancos não se desenvolveram em pé de igualdade, logo, as oportunidades e conquistas privilegiam a um único grupo dessa equação.

Diante deste panorama que faz com que se perpetuem as injustiças sociais, Lélia propõe uma categoria para repensar a formação social brasileira, ressignificando o “lugar do negro”, historicamente marginalizado e questionando principalmente a “a afirmação de que todos somos iguais perante a lei, que assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades” (GONZALEZ, 2018, p.326). A isso, a autora, salienta em suas obras que a igualdade descrita na lei é meramente teórica, sem efetividade na prática, pois o princípio de realização igualitária sustentado por este ordenamento jurídico, se mostra ineficaz na realidade das pessoas afetadas pela diferenciação racial.

Em se tratando de igualdades, a questão racial joga todas as ilusões iluministas por terra! Pois, é justamente no momento histórico que se ergue o direito burguês como marco civilizatório que o negro é destituído do título de cidadão – e, portanto, inabilitado para exercer seu papel como sujeito é convertido então, em objeto sujeito às leis da acumulação e do Estado (ELPIDIO, 2020, p.522).

Destarte, a autora rememora o processo pelo qual o racismo na realidade brasileira é extremamente complexo e performático, que toca nos traços das raízes africanas enquanto sobrevivente de um processo de inúmeras tentativas de apagamento, como sendo derivado da relação amistosa entre escravos e seus senhores:

Existe outra mentira histórica que afirma que o negro aceitou passivamente a escravidão, adaptou-se a ela docilmente porque, afinal, os senhores de escravos luso-brasileiros foram muito bons e cordiais. E, como prova disso, dizem que a mãe preta foi o modelo dessa aceitação. Mas a gente pergunta: ela tinha outra escolha? Claro que não, pois era escrava e justamente por isso foi obrigada a cuidar dos filhos dos senhores (GONZALEZ, 2018, p. 111).

Ora, o papo não foi bem assim, logo sabemos. A condição de escrava extraiu qualquer possibilidade de escolha dessa mulher negra²⁰ no sistema escravocrata. Quando se refere ao ato fazer opção entre os filhos dos senhores e seus próprios filhos, não existiu qualquer tipo de preservação da vontade particular, sendo obrigada a deixar os cuidados de suas proles para cuidar das crianças brancas.

Segundo Gonzalez (2018), mesmo de forma opressiva, essa imposição possibilitou a formação da língua brasileira – *pretoguês* – que na interação entre a “mãe-preta” e filhos brancos dos senhores, a transmissão de traços linguísticos e valores africanos, que tornaram por nacionalizados costumes e influências de matriz africana, que “garantiu a sobrevivência de todo um povo, enquanto raça e cultura” (GONZALEZ, 2018, p. 115).

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l nada mais é do que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal quem é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretoguês (GONZALEZ, 1984, p. 238).

A subversão da língua culta como forma de quebrar sua característica controladora, revela um DNA fonético vinculado às origens de matriz africanas. Este apontamento sobre a herança e presença negra na cultura brasileira é inegável, mas que pouco incide no reconhecimento e legado expressivo negro.

Tais contradições remetem-nos ao mito da democracia racial enquanto modo de representação/discurso que encobre a trágica realidade vivida pelo negro no Brasil. Na medida em que somos todos iguais perante a lei e

²⁰ Segundo Gonzalez (2018), a responsabilização da permanência oral da cultura negra ancestral, é acrescida a “mãe-preta” ou “ama-de-leite”, que no período colonial repassava no aleitamento e cuidado dos filhos dos seus donos, conhecimento, musicalidade e tradição, com isso, mantiveram viva a chama dos valores culturais africanos passados não somente para os seus descendentes, mas também, para as crias das sinhás.

que o negro é “*um cidadão igual aos outros*”, graças à lei áurea, nosso país é grande exemplo da harmonia inter-racial a ser seguido por aqueles em que a discriminação racial é declarada. Com isso, o grupo racial dominante justifica sua indiferença e sua ignorância em relação ao grupo negro. Se o negro não ascendeu socialmente e se não participa com maior efetividade nos processos políticos, sociais, econômicos e culturais, o único culpado é ele próprio. Dadas as suas características de “preguiça”, “irresponsabilidade”, “alcooolismo”, etc., ele só pode desempenhar, naturalmente, os papéis sociais inferiores. O interessante a se ressaltar, nessas formas racionalizadas da dominação/opressão racial, é que até as correntes ditas progressistas também refletem, no seu economicismo reducionista, o mesmo processo de interpretação etnocêntrica. Ou seja, apesar de suas denúncias em face das injustiças socioeconômicas que caracterizam as sociedades capitalistas, não se apercebem como reprodutoras de uma injustiça racial paralela que tem por objetivo exatamente a reprodução/perpetuação daquelas (GONZALEZ, 2018, p. 101).

Assim, as teorias que não admitem a existência de tensões raciais, principalmente após a falsa abolição, reatualizaram as formas de dominação e exploração, sendo vetores de marginalização dos sujeitos negros na sociedade que os discrimina, empurrando a eles, o subemprego, condições precárias de existência, negando direitos humanos à saúde e educação. Em contraponto, vale ressaltar as resistências ao racismo organizadas por sujeitos negros.

Para Gonzalez (2018), a luta do negro brasileiro vem desde o começo da escravidão. Ao mesmo tempo que se iniciava o processo de escravização no Brasil, começava também a reação dos negros. O primeiro expoente significativo foi a criação do *Quilombo de Palmares*²¹, que lutou por mais de cem anos pela liberdade de todos os oprimidos do regime colonial, tendo Zumbi como um de seus líderes, símbolo de resistência e fidelidade a luta, se posicionando contra a escravidão.

Neste mesmo direcionamento, Lélia Gonzalez resalta enquanto parte importante do processo de luta contra o racismo e suas expressões, o Movimento Negro Unificado²², tendo como objetivos básicos, a luta antirracista, a denúncia

²¹ Para Gonzalez (2018, p.112), o “Quilombo de Palmares”, significou no Brasil, a primeira experiência plena de democracia, privilegiando a socialização igualitária de direitos. Em seus escritos ela diz: “No primeiro caso, transformou-se no símbolo da resistência e da luta por uma sociedade alternativa, onde negros, índios e brancos fossem considerados a partir daquilo que os tornassem iguais: sua humanidade, e organizados a partir de critérios democráticos e com a justa distribuição dos frutos de seu trabalho. E não há dúvida que Palmares foi a primeira tentativa de criação dessa sociedade igualitária, onde existiu uma efetiva democracia racial.”

²² Como já trabalhado no capítulo anterior, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, é produto de uma série de ações antirracistas em diversos pontos do Brasil, principalmente após a instauração da Primeira República, que culminaram em um movimento negro mais amplo e ativo na sociedade brasileira, articulando-se com diversas outras frentes de luta, sem perder a questão racial como princípio.

permanente a todo ato de discriminação racial, a mobilização e organização da população negra. Além disso, outro marco importante destacado na obra da intelectual negra, é o 20 de novembro – morte de Zumbi – sendo o grande símbolo de luta da população negra denominado Dia Nacional da Consciência Negra.

Assim, fazendo todo um apanhado dos parágrafos anteriores, o racismo nas obras de Lélia Gonzalez aparece de forma contundente e irrefutável, com uma crítica do ponto de vista objetivo e subjetivo e suas consequências tanto para o opressor quanto para o oprimido – quem mais perde nesta relação. Neste sentido, a intelectual busca saídas do processo de dominação da supremacia branca a partir do seu local de pertencimento enquanto uma mulher negra, utilizando a conscientização – ou em suas palavras “tirando a venda” – da condição do negro na sociedade brasileira, e demonstrando como a questão racial é um determinante na condição social e econômica.

4.2 LÉLIA GONZALEZ E O SERVIÇO SOCIAL

Sabemos que o Serviço Social se constitui como uma profissão regulamentada e inserida na divisão social e técnica do trabalho. Sua atuação se legitima dentro da relação capital/trabalho, se comprometendo com a classe trabalhadora através de um projeto societário que visa uma nova ordem social sem exploração, dominação de classe, gênero, etnia ou raça.

Tomando por base os fundamentos e dimensões (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa) que sustentam e orientam a profissão de Serviço Social, é necessário realizar a conexão da profissão à questão racial, tendo em vista que a última, se constituiu como “elemento fundamental à compreensão da vida social na particularidade brasileira e, por conseguinte, na formação e no trabalho profissional em Serviço Social” (ELPIDIO, 2020, p.519).

Compreender a temática da questão racial enquanto um dos eixos centrais para explicar a formação social brasileira, assim com ela, um dos seus fenômenos mais perverso, que é o racismo, constitui um grande desafio para o Serviço Social, pois é a partir da consolidação política do tema na profissão que se é possível criar estratégias para o seu enfrentamento no cotidiano profissional.

Neste sentido, a compreensão de que o racismo possui participação direta na

pobreza, na vulnerabilidade (na perspectiva de direitos) e persistentes desigualdades sociais, demanda dos assistentes sociais um olhar aprimorado para a importância da temática para o sistema de proteção, uma vez que, a população negra se constitui como maioria populacional no Brasil.

4.2.1 Serviço Social Contemporâneo

Situando o Serviço Social na contemporaneidade, destaca-se o processo de renovação crítica passado pela profissão a partir da década de 1980. O rompimento com o pensamento tradicional e com o ideário conservador veio diante da aproximação da luta de diferentes movimentos sociais, pela democratização da sociedade e do Estado. Nesse contexto, a profissão teve que se movimentar para dar novas respostas profissionais, caracterizando um movimento interno significativo em todas as esferas, desde o ensino até a prática dos assistentes sociais.

Nesse lapso de tempo, o Serviço Social brasileiro construiu um projeto profissional radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país. Ele adquire materialidade no conjunto de regulamentações profissionais: o *Código de Ética do Assistente Social* (1993), a *Lei da Regulamentação da Profissão* (1993) e as *Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica* (ABESS/CEDEPSS, 1996, 1997a, 1997b; MEC-SESU/CONNESS/Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, 1999; MEC-SESU, 2001) (IAMAMOTO, 2009, p.4-5).

Neste sentido, o Serviço Social brasileiro passou a ter como base as expressões da *questão social*, sendo ainda executor das políticas públicas e mediador da contradição capital x trabalho, mas levantando a bandeira em prol da classe trabalhadora, e ao mesmo tempo se reconhecendo enquanto parte da mesma, viabilizando o acesso aos direitos e afirmando o compromisso com o interesse dos usuários na defesa da qualidade dos serviços de proteção social. Os assistentes sociais passam então a ter uma competência crítica e reflexiva, decifrando a realidade social, que irá fundamentar a prática.

A luta pela afirmação dos direitos sociais (democracia, liberdade, igualdade e justiça social) da classe trabalhadora passa a ser o objeto do trabalho dos profissionais de Serviço Social. Trabalhando com as expressões da *questão social*, significa trabalhar com os problemas reveladores das desigualdades: econômica, social, política e cultural, bem como as formas como os sujeitos as enfrentam.

Os desafios postos diariamente na contemporaneidade aos assistentes sociais, como desemprego, aumento da pobreza, miséria e vulnerabilidades de um lado, se relacionam diretamente com as redefinições das políticas públicas de outro lado. O comprometimento da qualidade de vida daqueles que precisam dos serviços públicos se tornam desdobramentos a serem enfrentados.

4.2. 2 Relações Raciais e Serviço Social

O debate sobre as relações étnico-raciais na sociedade brasileira é bastante recente e frágil no Serviço Social. Existe um histórico de demandas de espaços para o debate e a sistematização de pesquisas científicas, difusão de conhecimento, experiências sobre a temática étnico-racial e sua interface com a profissão. Enquanto pauta política, a questão racial foi introduzida na categoria tardiamente, impulsionada especialmente por professoras negras, bem como por estudantes negros e negras, que vêm problematizando a pouca presença do debate na profissão.

Considerando a necessária apreensão da realidade social em sua totalidade para uma prática profissional qualificada, os(as) assistentes sociais necessitam compreender a raça enquanto um dos eixos centrais, indissociáveis da classe social e do gênero, bem como, definidores de posições e papéis de homens e mulheres nessa sociedade, que oprime estruturalmente, sustentados pelo capitalismo racista, machista e classista.

Ora, por que os indicadores sociais apontam a população negra como maioria nas categorias de vulnerabilidade social e econômica? O que significa pertencer a um grupo étnico que foi inferiorizado ao longo dos anos e tem que conviver cotidianamente com a associação negativa, desde o período escravocrata, como classe perigosa, marginal, mau elemento, desajustado, desviante, criminoso, entre outros? Essas questões devem ser incorporadas à prática profissional, aprimorando as competências e atribuições do Serviço Social.

Para o Serviço Social, que tem a questão social como seu elemento fundante, a apropriação dessa discussão torna-se imprescindível, pois é sobre as múltiplas expressões da questão social que irá atuar. Assim, interrogamos: Quem são os sujeitos sociais historicamente discriminados e alvos preferenciais das ações de violações de direitos? Quem são os sujeitos que mais demandam a intervenção do profissional de serviço social em seus diversos espaços sócio-ocupacionais? Sobre quem as políticas de repressão e controle do Estado agem mais fortemente? Conhecer esses sujeitos vai para além de conhecer o seu “registro de identidade”. É preciso conhecer sua

história e com ela aprender as diversas formas de resistência às opressões que são forjadas individual e coletivamente (ROCHA, 2014, p.303-304).

Em qualquer espaço ocupacional que o(a) assistente social esteja inserido(a), realizar uma análise crítica de uma “sociedade que oprime e marginaliza sujeitos por sua condição de raça, gênero e sexualidade” (ROZA, 2018, p.130), lhe confere ferramentas para uma intervenção profissional mais assertiva, problematizando as relações de produção, os padrões de consumo, as formas de sociabilidade e socialização.

O que está plêiade de indicadores demonstra é a existência de uma extrema coerência entre dados no seguinte sentido: i) seja qual for o indicador escolhido para analisar as desigualdades raciais, em todos eles os negros encontram-se em uma situação pior que a dos brancos; ii) seja qual for a região do país, os indicadores sociais e demográficos dos negros são menos favoráveis que os indicadores dos brancos; iii) mesmo quando se desagregam estes dados por gênero, o que se vê é que os homens brancos estão em melhor situação que as mulheres brancas, que estão em condições mais favoráveis que os homens negros, que estão em uma situação menos grave que as mulheres negras (PAIXÃO, 2003, p. 80).

Assim, percebemos que o componente racial e sexual, são marcadores presentes nos atendimentos dos(as) assistentes sociais e, por conseguinte, exige dos(as) profissionais uma atuação conexa com a realidade, que vise uma prática transformadora relacionando de forma interseccional classe, gênero e raça.

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha (Gonzalez, 1979b), pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto, têm mais é que ser favelados (GONZALEZ, 2018, p.193).

O reconhecimento do debate étnico-racial enquanto unidade dialética, aprofunda e adensa a discussão como um dos elementos centrais da constituição social e econômica do país. A apropriação acerca da historicidade brasileira, compreendendo todo um passado de silenciamento, mas que age através de mecanismos de conformação e negação de direitos, são premissas urgentes e indispensáveis para capacitar o saber profissional dos assistentes sociais.

Assim sendo, tratando-se de profissionais que lidam cotidianamente com as parcelas mais pauperizadas da população brasileira, constituída em sua maioria por pretos e pardos, acreditamos que o domínio de conhecimentos acerca da história, da cultura afro-brasileira e das questões concernentes a raça no Brasil pelos assistentes sociais sejam imprescindível, tanto para um melhor aprimoramento pessoal, como para um desempenho profissional mais consciente e crítico de intervenção, diante da realidade social e econômica do público que busca seus serviços (LOPES, 2013, p. 30).

Pensando nisso, é importante contextualizar os espaços de formação em Serviço Social, que se constituem como ponto de partida para conectar ao cotidiano profissional uma perspectiva antirracista que analise não somente a formação social brasileira, mas ao seu caráter estrutural que está imbricado ao fenômeno do racismo.

Esta categoria profissional se coloca na luta pela afirmação de direitos dos usuários dos seus serviços, e se a questão racial também compõe o conjunto das relações sociais brasileiras, é urgente que tal debate ocupe o devido destaque na agenda e nos fóruns de formação profissional (DIAS, 2015, p. 325).

Segundo Lopes (2013), a formação profissional não dá conta, na implementação da profissão, de uma perspectiva de atuação particular frente às questões específicas da população negra. A constatação de que a extrema pobreza e a desigualdade social têm cor e gênero no Brasil necessitam serem mais bem trabalhadas para uma melhor atuação com base em uma perspectiva mais aprimorada na viabilização do reconhecimento desses sujeitos enquanto possuidores de direitos.

Os assistentes sociais realizam assim uma ação de cunho socioeducativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos, estimulando a organização dos diferentes segmentos dos trabalhadores na defesa e ampliação dos seus direitos, especialmente os direitos sociais. Afirma o compromisso com os direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços sociais (IAMAMOTO, 2009, p. 6).

Dentro da academia, a produção intelectual não é condizente com a violência do racismo, sendo tratado como algo individual e subjetivo. Porém, a realidade social tem convocado também o Serviço Social a se movimentar, a discutir e pensar o debate étnico-racial, enfrentando o fenômeno do racismo com a radicalidade que ele demanda. Estudiosos(as) como Rocha (2014) atribuem isso a mudança do perfil racial dos profissionais, professores e estudantes no interior da formação.

Por este motivo, a necessidade do aprofundamento de estudos e disciplinas regulares com conteúdos que evidenciem o debate racial nos três núcleos de fundamentação, é uma tarefa coletiva e urgente para romper com uma suposta segmentação do debate da questão racial como uma expressão da questão social, como temática isolada ou ainda, dicotomizada no falso dilema raça e classe, considerando ainda as interfaces com gênero e sexualidade, base para o desvelamento da sociedade racista e patriarcal que sustentam as formas de opressão e intensificam a exploração do trabalho. Tal direção, contribui ainda, para romper com a visão da assimilação, da aculturação e do embranquecimento (Nascimento, 2016). Outro viés a ser enfrentado com o debate é confrontar os limites das tendências culturalistas e/ou estruturalistas que colocam a questão racial com viés antropológico, identitário ou psicologizante à serviço das elites dominantes (ELPÍDIO, 2020, p. 523).

É importante mencionar, ainda, a relevância da relação teoria e prática, que se constitui como fundamental para a formação e prática profissional dos(as) assistentes sociais, que traz consigo dimensões que norteiam a profissão através das competências ético-política, teórico- metodológica e técnico-operativa, que se articulam entre conhecimentos, atitudes e habilidades. Portanto, a apropriação do debate étnico-racial ainda na formação, capacita para o exercício profissional, contribuindo como “importante ferramenta para a apreensão crítica das relações sociais e suas múltiplas determinações” (ROCHA, 2009, p.541).

A afirmação da raça enquanto constituinte daqueles sujeitos atendidos diariamente nos diversos espaços de trabalho, compreendendo dialeticamente as determinações sociais e históricas que acarretem aquele público majoritário alvo de políticas públicas, possibilita o fortalecimento mínimo que indique para uma sociedade desracializada, emancipada, em que a cor não seja um marcador social de exclusão e de violência.

Vale ressaltar também, os avanços construídos principalmente na última década, como o aumento das produções teóricas relacionadas ao tema, as indicações principalmente da ABESS - Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social - através da criação de GTP's - Grupos Temáticos de Pesquisa - que visam contemplar as categorias de classe, gênero, raça/etnia, além de direcionar um movimento notório principalmente na formação, ressignificando essas temáticas de estudo, em que se é possível observar revisões curriculares nos cursos de Serviço Social em todo país que se articulam com as recomendações dos órgãos gestores da categoria profissional de inserção efetiva do debate étnico-racial e também sexualidades na profissão pelo viés da academia.

4.2.3 As contribuições do pensamento de Lélia Gonzalez para o Serviço Social

A pergunta principal deste tópico é, o que tem haver Lélia Gonzalez com o Serviço Social? Se analisarmos superficialmente, podemos erroneamente pensar que não muito, mas quando nos debruçamos sob os escritos da autora, constatamos todo um legado teórico que possibilita uma visão diferente sobre a formação social brasileira, e demonstra subsídios para o processo extremamente atual e urgente de nivelamento com outras temáticas dentro do Serviço Social.

Quando Lélia escreve suas obras, ela fala de um lugar de pertencimento que estruturalmente é silenciado e neutralizado pelos mecanismos de dominação. O ativismo desempenhado por ela, nos movimentos negros e de mulheres negras, são pautas específicas dentro do movimento social como um todo, e que se articulam com outras frentes de luta da classe trabalhadora.

Diante do compromisso assumido pelo projeto ético do Serviço Social, principalmente após o rompimento com o conservadorismo nas últimas décadas, em que se aproxima das questões mais concretas da classe trabalhadora, reivindicadas pelos movimentos sociais, buscando novas formas de realizar o atendimento, o enfrentamento e a leitura mais crítica da realidade onde ocorre a intervenção profissional.

Constata-se que tal superação, passa necessariamente, pela compreensão do movimento das classes, uma vez que o serviço social busca a perspectiva da totalidade histórica. Assim, o debate da profissão engloba o enfrentamento das diferentes formas de opressões e exploração de classe, não como fenômenos isolados ou ocasionais, mas como parte inerente da origem e reprodução da lei geral de acumulação capitalista em seus diferentes momentos e particularidades sócio-históricas, onde o racismo precisa ser compreendido como elemento estrutural desta sociedade (ELPIDIO, 2020, p.523).

Neste processo de “conhecer de fato os usuários das políticas públicas nas quais o Serviço Social está presente” (ROZA, 2018, p. 132), Lélia localiza e expõe quem são os mais discriminados na sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que esses sujeitos são os mais atendidos pelos(as) assistentes sociais.

Destarte, outro ponto de conexão entre Lélia e Serviço Social, é o movimento de conscientização e capacitação que visou chamar os(as) profissionais de Serviço Social para a luta antirracista, organizada de forma ampla e nacional pela campanha do conjunto CFESS- CRESS 2017-2020 “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”. Como já salientado em todo este trabalho, Lélia Gonzalez, é uma importante expressão da intelectualidade negra que denunciou sistematicamente as expressões do racismo, escancaradas ou não, em todas as esferas da vida social de negros e negras.

As condições de existência material dessa população negra remetem a condicionamentos psicológicos que devem ser atacados e desmascarados. Os diferentes modos de dominação das diferentes fases de produção

econômica no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do lugar natural de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje; a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço específico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde antigos feitores, capitães do mato, capangas etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço.

No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos, cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias (GONZALEZ, 2018, p.145).

Em seus escritos e militância, as constantes denúncias e embates ao racismo e preconceitos de raça e gênero, fez de Gonzalez, “uma pensadora da práxis política e das possibilidades de rompimento com as estruturas de desigualdade e opressão de ordem econômica, social e cultural” (RATTS; RIOS, 2010, p.99-100).

Antes de mais nada, importa caracterizar o racismo como uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial. Enquanto discurso de exclusão que é, ele tem sido perpetuado e reinterpretado, de acordo com os interesses dos que dele se beneficiam (GONZALEZ, 2018, p.41).

Reafirmando o compromisso ético do Serviço Social para com a classe trabalhadora e se reconhecendo enquanto constituinte da mesma, o combate a todo tipo de preconceito e discriminação – inclusive relacionados a raça – é um compromisso amparado pelo Código de Ética Profissional de 1993, como explicito a seguir:

- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 2012, p.23).

Outra perspectiva importante para se pensar a relação entre Gonzalez e o Serviço Social é a mulher, mais precisamente a negra. O duplo fenômeno que atinge essas sujeitas de exploração e subordinação, fazem delas no jogo das camadas sociais,

o elemento mais frágil e passível de atenção assistencialista. Este grupo é extremamente expressivo nos espaços ocupacionais dos assistentes sociais e utilizadoras de políticas públicas.

Lélia Gonzalez, dentro da intelectualidade nacional, é conhecida pelo seu posicionamento árduo no debate das mulheres negras na sociedade brasileira. Seu pensamento crítico sobre a temática dentro do movimento negro – que ela participou ativamente na construção – possibilitou a construção com outras mulheres negras de um movimento que contemplasse a especificidade que circundava o feminino negro²³.

Quanto à mulher negra, que pense em sua falta de perspectivas quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão (GONZALEZ, 2018, p.44).

Segundo Gonzalez (2018), as demandas e pautas das mulheres negras sempre foram invisibilizadas dentro do movimento negro pelos companheiros militantes e também pelo movimento de feminista, que julgavam o debate racial de menor importância de luta.

Retomando a necessária e urgente introdução da questão racial no Serviço Social, o debate incentiva a promoção de ações de combate ao racismo no exercício profissional dos assistentes sociais, ao mesmo passo que possibilita a ampliação sobre a percepção diante das diversas expressões do racismo. Além disso, o debate possibilita o entendimento de que a classe trabalhadora na realidade brasileira tem cor e ela é preta, portanto, inevitavelmente os mais atingidos pelas constantes mudanças orçamentárias e perda de direitos.

Assim, ao agregar o pensamento afrodiaspórico e decolonial do pensamento de Lélia Gonzalez, que particularmente são discussões extremamente atuais, possibilita o aprimoramento crítico dos assistentes sociais diante do cotidiano profissional, haja vista a sua ação interventiva na realidade concreta dos sujeitos dentro das relações sociais, visando a consciência e superação das vulnerabilidades, fazendo do profissional de Serviço Social, indispensável para a eliminação das situações discriminatórias de viés racial.

²³ Segundo Ratts e Rios (2010), a formação dos núcleos coletivos de mulheres negras no interior do movimento negro emergiram diante do machismo por parte dos colegas homens que “faziam ameaças verbais e dominavam as estruturas decisórias” (2010, p.95).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresenta um esforço de trazer reflexões acerca da trajetória política, militante e intelectual de uma mulher negra, que é pouco conhecida no cenário brasileiro, especialmente no Serviço Social. Lélia Gonzalez é um dos grandes nomes do movimento negro e considerada por muitos estudiosos como uma interprete do Brasil. O empenho em dar centralidade a autora, se constitui como um movimento importante, trazendo para os espaços hegemônicos de teorização, uma intelectualidade negra silenciada pela ciência moderna eurocêntrica. Dessa forma, a finalidade deste estudo foi demonstrar como o pensamento de Lélia Gonzalez se constitui como uma rica fonte de conhecimento para o debate étnico-racial, trazendo à tona os sujeitos negros e negras deste país que são invisibilizados e colocados à margem da sociedade desde o início do colonialismo até os dias atuais.

Assim, podemos constatar que o pensamento crítico da intelectual negra, se constitui como solo fértil para a compreensão das organizações negras tendo em vista o seu papel fundamental na formação e aprimoramento do movimento negro mais organizado e politicamente engajado com as questões específicas dos negros brasileiros, bem como a sua interpretação do racismo e como o mesmo atravessa diariamente a população brasileira.

Para o Serviço Social brasileiro, Lélia Gonzalez é uma importante “ferramenta” teórica, necessária e imprescindível para o movimento lento, mais constante, vivenciado pela profissão de análise da realidade, conhecendo verdadeiramente as determinações que atravessam os usuários dos serviços demandatários dos(as) assistentes sociais. Além disso, a perspectiva de combate as discriminações sociais, presentes no Código de Ética profissional de 1993, implica em um compromisso moral que perpassa o debate étnico-racial.

Esta pesquisa trata-se de uma aproximação inicial com o pensamento de Lélia Gonzalez no Serviço Social, um esforço que busca somar com outras produções teóricas que vêm sendo realizadas no interior da profissão, em torno das relações étnico-raciais e o Serviço Social. Sem pretensões de finalizarmos o debate, destacamos a importância de pesquisas que tratem especificamente sobre a mulher negra em Lélia Gonzalez, considerando tanto a ampliação de assistentes sociais que se autodeclaram negras e negros, quanto o público mais atendido pela profissão. Com

Lélia Gonzalez, lembramos a história de luta e resistência da população negra em diáspora.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvo Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. **Revista Afro-Ásia**, UFBA, nº 23, 2000.

BARRETO, Raquel. **Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez**. 2005. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, PUC/Rio, 2005.

BRASIL. **Código de Ética profissional do/a Assistente Social/1993**. Lei 8.662/1993 de regulamentação da profissão. 10ª ed. Ver. Atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf . Acessado em: 12 jun. 2022.

CUNHA PAZ, Francisco Phelipe. Memória, a Flecha que Rasura o Tempo: Reflexões Contracoloniais desde uma Filosofia Africana e a Recuperação das Memórias Usurpadas pelo Colonialismo. **Problemata: R. Intern. Fil.** V. 10. n. 2 (2019), p.147-166ISSN 2236-8612. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/problemata/article/view/49127/28615>> . Acesso em: 30 de nov. de 2021.

DIAS, Sheila Almeida. **Serviço Social e Relações Raciais: caminhos para uma sociedade sem classes**. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./jun. 2015.

ELPIDIO, Maria Helena. Diretrizes Curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. **Katálisis**, Florianópolis (SC), v.23, n.3, p. 519-527, set./dez. 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p519>>. Acessado em: 10 jun. 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FILHO, Mário. **O negro no futebol brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad,2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. Movimento Negro na última década. Primavera para as rosas negras. No 1, pp. 142-179. 2018. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia González, em primeira pessoa. São Paulo, UCPA, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília: ANPOCS, 1983. p. 223 – 243.

HASENBALG, Carlos. Raça, Classe e Mobilidade. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, p. 67-100.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação - Episódios de Racismo Cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

MOURA, Clóvis. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global Ed., 1983.

MOURA, Clóvis. **O quilombo e a rebelião negra**. 5ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 3ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de racismo mascarado**. 1.ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz; RIOS, Alex (org.). **Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos**. 1ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a propósito da “Questão Social”. Rio de Janeiro: **Temporalis**. n.3, 2001. Disponível em https://cressmt.org.br/novo/wp-content/uploads/2022/02/Temporalis_n_3_Questao_Social.pdf. Acesso em: 09 fev. 2022.

PAIXÃO, Marcelo J. P. **Desenvolvimento Humano e Relações Raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PRADAL, Fernanda Ferreira. **A justiça de transição no Brasil: o caso do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro**. 2017. Tese (Doutorado) – Departamento de Direito, PUC, Rio de Janeiro, 2017.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro/Summus, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A Incorporação da Temática Étnico-Racial no processo de formação em Serviço Social: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

ROCHA, Roseli da Fonseca. A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 99. São Paulo: Cortez, 2009.

ROZA, Isis Silva. Raça, Gênero e Instrumentalidade em Serviço Social: interseções urgentes. In: Sarita Amaro; Adriéli Volpato Craveiro. (Org.). **Vade Mécum: Trabalho e Instrumentalidade do Serviço Social**. Curitiba: Nova Práxis Editorial, 2018, p. 125- 132.

ROZA, Luciano Magela; ROZA, Isis Silva. Lélia Gonzalez: contribuições para compreensão de representações racializadas na sociedade brasileira. In: MIRANDA, Fernanda Rodrigues de; ASSUNÇÃO, Macello Felisberto Morais de (Orgs.). **Pensamento afrodiaspórico em perspectiva: abordagens no campo da História e Literatura**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. p. 271-293.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. Reexistência negra e escravidão na educação das relações étnico-raciais. In: DALBEN, Ângela I. L de Freitas; GOMES, Maria de Fátima C. **Formação continuada de docentes da educação básica: construindo parcerias (LASEB)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 113-130.

TELLES, Edward Eric. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. **Relações Raciais, Gênero e movimentos sociais: o pensamento de Lélia Gonzalez 1970-1990**. 2006. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em História Comparada. IFCS/UFRJ, 2006.